

A Industrialização de Rio Claro. Contribuição ao Estudo da Desconcentração Espacial da Indústria no Estado de São Paulo

SILVIA SELINGARDI SAMPAIO*

I — PROPOSIÇÃO

Após 1950, a progressiva internacionalização do capital provocou o surgimento de um sistema mundial de produção industrial, caracterizado espacialmente pela distribuição irregular e descontínua de seus elementos. Como processos correlatos ocorreram a reorganização das áreas industriais e o estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho.

O Brasil integrou-se à nova ordem econômica mundial como um dos países da periferia capitalista mais aptos a receber os investimentos externos. Desde os anos 30 delinheava-se internamente uma política de industrialização que, nos anos 50, foi definitivamente implementada pelo Estado e favorecida pela expansão da força de trabalho e pela crescente incorporação do mercado interno. Conjugados à boa receptividade demonstrada pelos sucessivos governos aos investimentos estrangeiros (excetuando-se apenas o curto período compreendido entre 1961 e 1964) e a outros elementos de atração detidos pelo Brasil (país de dimensões continentais, com amplos e diversificados recursos naturais e grande contingente populacional), tais fatores responsabilizaram-se pelos dois principais surtos industriais ocorridos no país, de 1955 a 1961 e de 1968 a 1974.

Os citados surtos, em especial o mais recente, caracterizaram-se, entre outros aspectos, pela grande expansão da produção de bens de consumo durável e da de bens de capital, representativas dos gêneros industriais “motrizes” ou “dinâmicos”, e pela entrada maciça de capitais e tecnologia oriundos dos países desenvolvidos. Desta maneira, gradativamente integrou-se o sistema industrial brasileiro ao sistema industrial capitalista mundial, através de fluxos e relações de capital, de matérias-primas, de produtos, de “know-

*Departamento de Geografia, IGCE — Campos de Rio Claro — UNESP.

how". Dadas as condições em que foram estabelecidos, no entanto, tais vínculos externos, se dá um lado efetivamente concorreram para o melhor desempenho da economia, como um todo, e da indústria, em particular, de outro acentuaram sensivelmente a preexistente dependência econômico-tecnológica do país ao exterior.

No plano espacial, os dois surtos industriais recentes vieram reforçar uma das principais tendências evidenciadas desde as origens da industrialização nacional, em fins do século passado, ou seja, a concentração de indústrias na região Sudeste e, mais especificamente, no Estado de São Paulo, acentuando-se portanto o caráter assimétrico do padrão de distribuição espacial da indústria brasileira.

A análise das origens e causas da concentração industrial nas áreas citadas deve obrigatoriamente considerar a evolução histórica que caracterizou o contexto sócio-econômico regional desde fins do século XIX, tarefa já eficientemente cumprida por sociólogos e economistas (Dean, 1971; Silva, 1981; Cano, 1983; 1985). Sem a intenção de rastrear e discutir todos os fatores intervenientes no processo de concentração espacial da indústria no país, assume-se aqui que, em fases recentes (especialmente após 1968), foram as forças aglomerativas, segundo a conceituação neo-weberiana, que desempenharam o papel de principal fator condicionante do atual padrão locacional da indústria. Para a maioria das empresas, foi mais vantajoso definir a localização das fábricas junto à *core region* já estabelecida, o Sudeste (Geiger e Davidovich, 1974:5), de preferência junto ou nas proximidades das metrópoles nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro), e assim poder desfrutar das economias de aglomeração vinculadas a tais tipos de localização. Esta lógica espacial foi especialmente válida para a grande empresa, nacional e estrangeira, geralmente orientada para a produção de bens de consumo durável, de bens intermediários e de bens de capital.

Neste contexto de interação de forças aglomerativas emanadas de uma macrorregião e de efeitos de polarização das grandes metrópoles, o Estado de São Paulo assumiu posição privilegiada quanto à instalação de novas indústrias, nacionais e estrangeiras. Também a nível estadual o já existente padrão assimétrico de distribuição espacial da indústria foi reforçado: grande concentração industrial ocorreu na área metropolitana de São Paulo, principal região industrial do Estado, cuja força polarizadora foi insuperável até 1970. Entre 1970 e 1975, concentravam-se na citada área 55% dos estabelecimentos industriais e 60% do emprego industrial do Estado (Azzoni, 1985 a: 24).

A contínua concentração gerou, entretanto, a partir da ultrapassagem de um determinado ponto, um processo inverso, de descentralização ou êxodo das indústrias para regiões do interior. Iniciado na década de 60 e intensificado após 1970, este fenômeno foi constatado por Azzoni (1985a), através de análises desenvolvidas visando a definição de tendências de localização industrial no Estado de São Paulo. Os resultados das análises indicaram que, no período

1960-1975, muitos estabelecimentos industriais localizados na área metropolitana migraram para municípios situados ao longo da rodovia Dutra, principal eixo de transporte terrestre entre São Paulo e Rio de Janeiro, e ao longo e nas proximidades da rodovia Anhanguera, em seu trecho que se estende da metrópole paulistana até aproximadamente 200 km, em sentido norte. Especialmente nesta área foi ativada a industrialização de muitos municípios como Campinas, Jundiaí, Americana, Sumaré, Limeira, Araras, entre outros, a ponto de transformar essa região, ainda segundo Azzoni, no principal eixo de expansão da interiorização da indústria.

Esta desconcentração industrial, um dos processos econômico-espaciais mais importantes que ocorrem em território paulista, tem suscitado diferentes interpretações de parte de geógrafos e economistas.

Quanto às causas e à natureza do processo, Townroe e Roseman (1982) sustentaram que a desconcentração industrial é causa e efeito do processo de "reversão da polarização", que pode ser identificado no Estado de São Paulo a partir de 1970; os autores definem reversão da polarização como o processo no qual, a partir de um determinado ponto, a concentração de população urbana na área metropolitana começa a cair, ou seja, a razão entre a população da maior cidade e a população urbana total do Estado começa a decrescer¹. A análise efetuada indicou que houve crescimento mais rápido do emprego industrial e do valor adicionado pela indústria em áreas situadas fora da região metropolitana, aumento que, por sua vez, está sustentando a reversão das taxas de crescimento da população urbana no Estado. Os fatores de repulsão industrial na área metropolitana seriam o congestionamento (no espaço, do trânsito, etc.), a poluição ambiental e os altos preços dos terrenos.

Azzoni (1985b) não aceitou a tese de reversão da polarização e considerou o fenômeno observado no Estado de São Paulo mais próximo de um "espraio" da indústria no interior da área mais industrializada do país, em um processo do tipo "desconcentração concentrada". O autor desenvolveu ainda o conceito de "campo aglomerativo" para explicar porque algumas áreas do interior atraem mais que outras: a atração que cada cidade pode exercer depende de vários fatores, inclusive de seu tamanho (número de habitantes) mas, mais importante que o poder de atração urbana, seria o poder de atração regional, isto é, uma região, em função de seu contingente populacional, de sua base industrial, de suas infra-estruturas de transporte e comunicações, de sua proximidade a centros urbanos regionais e/ou nacionais, pode transformar-se em um campo aglomerativo, que emana forças aglomerativas e atrai novas indústrias.

¹ Originalmente o conceito de reversão da polarização é mais abrangente. Segundo Richardson (1980), o processo se iniciaria a partir do momento em que se atingisse o ponto de retorno no padrão espacial de crescimento e desenvolvimento de um país, o que ocorreria quando a contínua concentração relativa cessasse, dando início à desconcentração ou descentralização espacial.

Quanto aos efeitos da desconcentração industrial, Geiger et alii (1980) argumentaram que tal movimento, efetuado da metrópole paulistana para centros localizados à curta distância, é ainda insuficiente para promover a equidade regional, ou seja, maior desconcentração seria necessária. Já Storper (1984), contrário à tese da reversão de polarização a ponto de ter polemizado com Townroe e Roseman, ponderou que a enorme concentração da produção na área metropolitana de São Paulo pode ter aspectos positivos devido aos problemas socio-econômicos existentes, principalmente a baixa renda dos trabalhadores. A dispersão espacial da produção, se feita em um momento inadequado do ponto de vista social, poderia contribuir para a diluição de conquistas que um mercado de trabalho unido e concentrado em um mesmo espaço geográfico é potencialmente capaz de obter. Em outras palavras, a concentração das forças produtivas, em um país com as características do Brasil, pode resultar em um melhor poder de barganha do trabalho no diálogo com o capital.

A breve revisão feita permite constatar que a desconcentração industrial que ocorre em território paulista tem sido objeto de diferentes interpretações e tal fato indica que o citado processo está a merecer novas investigações, de caráter genérico e/ou específico, que venham contribuir para a confirmação ou a contestação das hipóteses existentes e talvez constituir suporte teórico para o planejamento e a implementação de futuros programas de reorganização espacial das atividades econômicas.

Neste contexto insere-se o estudo específico que se pretende fazer da evolução da industrialização no município de Rio Claro, situado na região industrial servida pela rodovia Anhanguera. Há fortes evidências de que a industrialização rioclareense, em sua fase recente, estaria vinculada a todos os processos anteriormente relatados: relacionar-se-ia à "internacionalização" do sistema industrial brasileiro porque o espaço rioclareense tornou-se, especialmente após 1969, local de implantação de várias unidades de produção industrial de empresas multinacionais; estaria ligada à desconcentração industrial que ocorre em território paulista porque, situado no espaço interiorano que se transformou no principal eixo da expansão da indústria paulistana, Rio Claro recebeu, também após 1969, muitos estabelecimentos pertencentes a empresas paulistanas. Esta entrada de capitais externos ao município parece ter sido a principal causa da industrialização ocorrida após 1969 e da ativação da dinâmica industrial local, caracterizada, até então, pela atuação predominante de forças endógenas, relativamente fracas, por sinal.

Estas feições da evolução industrial rioclareense em épocas recentes parecem justificar o enfoque que se pretende utilizar no presente trabalho, ou seja, analisar a industrialização de um município tentando estabelecer e identificar suas eventuais relações com processos mais amplos que estão ocorrendo no binômio espaço-indústria a nível mundial, a nível nacional e, especialmente, a nível regional.

No presente estudo de caso, a questão essencial que se procura responder é: *Na ativação da industrialização ocorrida no município de Rio Claro no período 1969-1984, quais fatores exerceram atuação dominante, os endógenos ou os exógenos?*

A idéia central do trabalho, que incorpora alguns conceitos expostos por Azzoni (1985b), é a seguinte:

A industrialização recente de Rio Claro resultou basicamente da implantação de estabelecimentos fabris controlados por capitais externos ao município (nacionais e estrangeiros). Como estes investimentos (fator exógeno ao município) derivaram de outros fatores também externos — a expressiva ativação da industrialização do país, consequência direta, embora não exclusiva, da política industrial implementada pelo governo federal a partir de 1964, caracterizada por incentivos à industrialização, à grande empresa é a entrada de capitais estrangeiros, então em grande difusão pelo mundo capitalista; a desconcentração industrial da área metropolitana de São Paulo para regiões interioranas e, principalmente, a atração regional (a função de "campo aglomerativo") exercida pela área na qual o município se insere — pode-se afirmar que a industrialização rioclareense após 1969 ocorreu mais em função da atuação conjugada de fatores externos do que de fatores internos de geração e de atração industriais (pujança dos capitais locais, disponibilidade de mão-de-obra, crescimento da população, política industrial implementada pelo poder local, existência de economias de aglomeração, etc.).

A corroboração desta tese constitui, obviamente, o principal objetivo do trabalho. Procura-se desta forma contribuir para o estudo da desconcentração industrial que ocorre no Estado de São Paulo e ainda fornecer subsídios para o exame específico da industrialização que ocorre em outros municípios situados ao longo ou nas proximidades da rodovia Anhanguera que, como Rio Claro, integram a Região Administrativa de Campinas.

Dada a inexistência de estudos sobre a atividade industrial rioclareense, e para melhor entendimento da aceleração do processo de industrialização ocorrida recentemente, estendeu-se a pesquisa até as fases mais antigas da industrialização local. Espera-se assim contribuir também para a explicação e a compreensão da dinâmica industrial e da evolução da estrutura da indústria ocorridas em Rio Claro desde fins do século passado, questões até hoje não estudadas de forma ordenada e global.

II — MATERIAL E MÉTODO

Alguns procedimentos desenvolvidos e técnicas utilizadas na elaboração deste trabalho devem ser explicitados.

O levantamento de documentação indireta constituiu o primeiro estágio da pesquisa. O levantamento documental (ou de fontes primárias) revelou-se

produtivo: foram obtidos dados estatísticos de fontes diversas (Censos Econômicos e Industriais do I.B.G.E. para o período 1940-1980, Cadastros Industriais da Prefeitura Municipal de Rio Claro para os anos de 1981 a 1984, Cadastro Industrial da Delegacia Regional da FIESP-CIESP para o ano de 1984) que, devidamente tabulados e analisados, permitiram importantes conclusões sobre o papel desempenhado pela indústria rioclarense no quadro industrial regional, sobre aspectos quantitativos da evolução industrial do município e sobre as mudanças ocorridas na estrutura da indústria local. Já a pesquisa bibliográfica apresentou problemas quanto ao nível local; embora tema importante sob qualquer enfoque disciplinar, não foi a indústria de Rio Claro, até hoje, objeto de estudo específico. O levantamento de informações sobre o assunto, difícil porque elas se encontram extremamente diluídas em várias fontes de parcos subsídios, constituiu etapa penosa do trabalho e representou, em seu conjunto, auxílio de caráter complementar.

Para a definição das fases mais recentes da evolução industrial local, dos fatores de atração aos investimentos externos e para o esclarecimento de muitos outros pontos obscuros, o recurso à documentação direta foi indispensável e a pesquisa de campo revelou-se essencial. Entrevistas foram realizadas com empresários industriais e representantes do poder local e questionários foram elaborados e distribuídos às indústrias. Com 90 perguntas (abertas e fechadas) versando sobre aspectos factuais (ano de fundação da empresa, estrutura financeira, aspectos ligados à mão-de-obra, mercados e transporte, o motivo da localização em Rio Claro etc.) e aspectos opinativos (o que o empresário — ou a organização empresarial responsável pelo estabelecimento — pensava a respeito da localização em Rio Claro, quais eram, segundo seu entendimento, os aspectos positivos e os aspectos negativos vinculados à localização industrial no município, etc.), tais questionários, devidamente preenchidos, constituíram a mais importante fonte de informação utilizada neste trabalho.

O elemento básico para a definição do caráter da pesquisa de campo (global ou parcial) foi o Censo Industrial de 1980, do IX Recenseamento Geral do Brasil. Como tais dados indicavam um amplo universo (359 estabelecimentos industriais), alguns critérios limitativos foram estabelecidos a seguir: decidiu-se que apenas a indústria de transformação e, nela, apenas os estabelecimentos com 6 ou mais pessoas ocupadas seriam objeto de pesquisa direta². O número de estabelecimentos a serem pesquisados foi assim reduzido a 148; dadas as dificuldades geralmente encontradas em tal tipo de pesquisa (estabelecimentos que se negam a responder, que não devolvem os questionários, que estão encerrando suas atividades por ocasião da distribuição dos questionários,

² Na pesquisa direta junto aos estabelecimentos industriais contou-se com a colaboração de Paulo Roberto Jóia e Cláudio Benito Ferraz, alunos dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Campus de Rio Claro — UNESP.

rios, etc.), obteve-se no final do trabalho de campo 91 questionários respondidos, desigualmente distribuídos por 18 dos 20 gêneros arrolados pelo I.B.G.E. O maior número de questionários respondidos correspondeu aos gêneros “vestuário, artefatos de tecidos e confecções” (15), “minerais não metálicos” (11), “metalúrgica” (10), “produtos alimentares” (10), “química” (8), “bebidas” (6), “material de transporte” (6), “mecânica” (5) e “mobiliário” (5).

O perfil da atividade industrial rioclarense assim obtido constituiu o material básico para a elaboração do presente trabalho, especialmente no que se refere às fases mais recentes da evolução industrial do município.

III — RIO CLARO E O CONTEXTO INDUSTRIAL REGIONAL

No contexto regional em que se insere — Região Industrial da Paulista (Grupo da Geografia das Indústrias, 1963) ou Região Industrial da Baixa Anhanguera, segunda maior concentração industrial do Estado (Sampaio, 1982) e principal área interiorana de recepção de indústrias que migram da metrópole paulistana (Azzoni, 1985a)³ — Rio Claro figura como um centro industrial de importância secundária, apesar de apresentar algumas condições favoráveis à atividade industrial: boa posição geográfica em relação ao espaço paulista mais dinâmico economicamente, relativa proximidade da metrópole (170 km.), localização junto a vias troncais de circulação ferro-rodoviária (linha da FEPASA e rodovia Washington Luís, a 15 km de sua junção com a rodovia Anhanguera), boa infra-estrutura energética e de serviços, considerável contingente populacional (110-212 hab em 1980) (Figura 1). Estes aspectos potencialmente favoráveis à industrialização, no entanto, não são exclusivos de Rio Claro, caracterizam também outros municípios da região, e alguns deles provavelmente com mais intensidade — em associação com outros eventuais fatores atuantes ou isoladamente —, a julgar-se pelo maior desenvolvimento industrial por eles apresentado. Assim, na hierarquia dos centros industriais da região, Rio Claro tradicionalmente tem sido sobrepujado por Campinas, Jundiaí, Americana, Piracicaba e Limeira.

As afirmações feitas baseiam-se nos dados do Quadro 1, cuja análise permite algumas importantes considerações a respeito da atividade industrial pau-

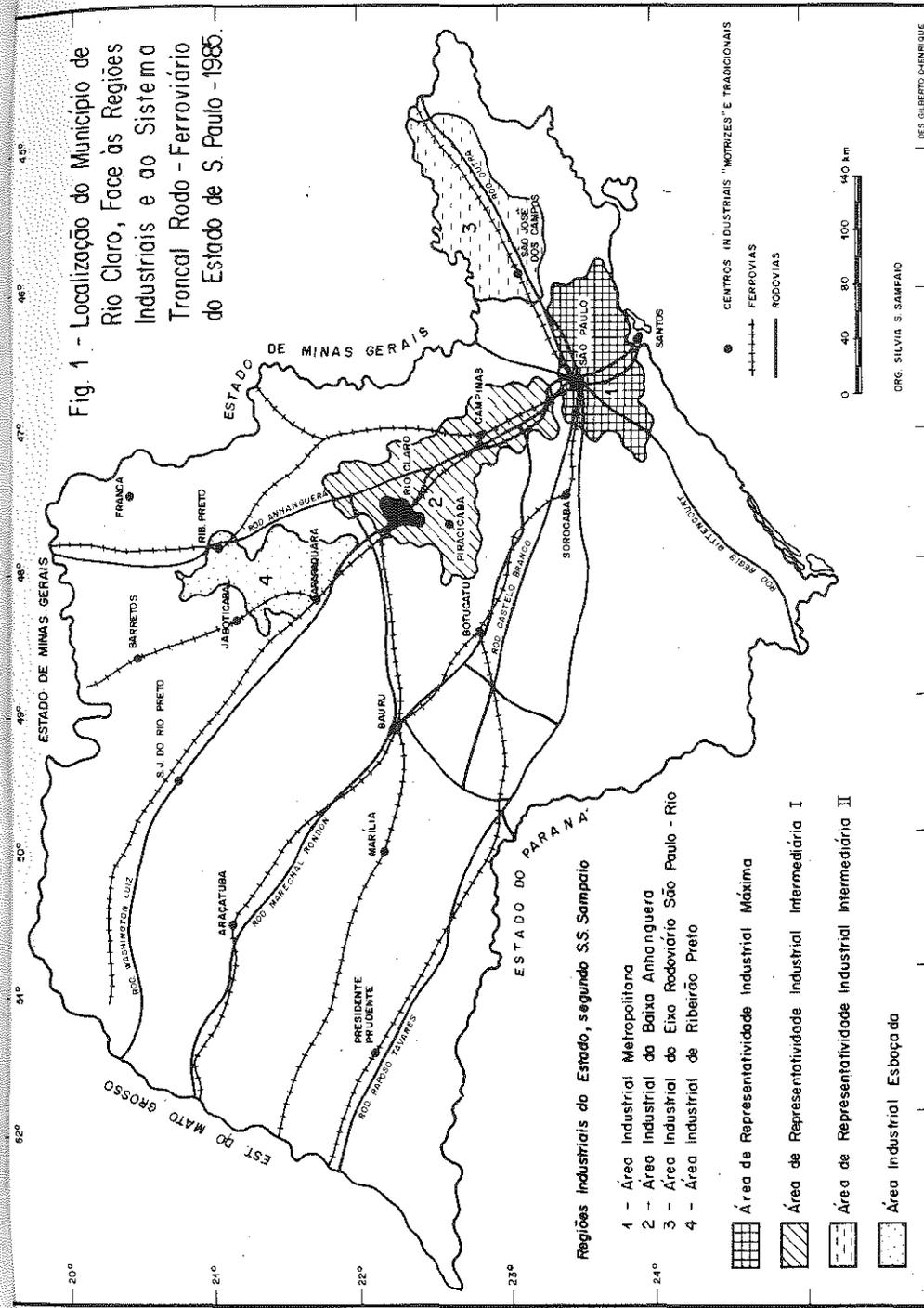
³ A denominação de Área Industrial da Paulista, proposta pelo Grupo da Geografia das Indústrias (1963), tem caráter genético, pois enfatiza o papel decisivo que a antiga Cia. Paulista de Estradas de Ferro desempenhou na evolução econômica e na origem da industrialização das cidades dispostas ao longo de sua linha-tronco (até aproximadamente 200 km. ao norte da capital) ou de seus ramais. Como esta linha, hoje integrada à FEPASA, subsiste como uma via de transporte complementar e secundária, Sampaio (1982:21), baseada no atual esquema de relações e fluxos econômicos da área, que tem como eixo principal de circulação a rodovia Anhanguera, propôs para tal região a denominação de Área Industrial da Baixa Anhanguera.

lista em seu conjunto, da indústria rioclarense e do contexto regional no qual se insere. Obviamente, cabe lembrar que, qualquer que seja o nível em que se efetue a análise, a vinculação com o sistema industrial nacional é obrigatória. Deve-se ter em mente, portanto, que o período ao qual se referem os dados é exatamente aquele da aceleração da industrialização brasileira, que se iniciou com a implementação de uma política industrial a nível nacional e coincidiu com as dificuldades de importação geradas pela II Guerra Mundial e com a expansão da urbanização, entre outros fatos. Tal industrialização caracterizou-se sucessivamente como de substituição de importações (anos 30 aos anos 50) e de produção de bens de consumo durável e de bens de capital (anos 60 e 70) (BAER, 1983). Em todo o citado período, o sistema industrial ainda se distinguiria pela abertura aos investimentos estrangeiros e, especialmente após 1968, pela crescente integração ao sistema produtivo capitalista internacional.

Neste contexto, e de acordo com os dados do Quadro 1, a indústria paulista conheceu as mais altas taxas de crescimento relativo no período 1940-1950, ou seja, 75,85% para o número de estabelecimentos industriais e 111,37% para o pessoal ocupado. Na década seguinte as taxas de expansão, mesmo declinando respectivamente para 44,92% e 44,13%, ainda foram indicativas de vigoroso crescimento industrial no Estado. O ritmo de crescimento manteve-se acelerado de 1960 a 1970, com taxas de crescimento relativo de 39,44% para o número de estabelecimentos e de 55,87% para o pessoal ocupado; já no período 1970-80, o ritmo de expansão do número de estabelecimentos foi desacelerado para 23,47%, enquanto o de crescimento do pessoal ocupado elevou-se a 76,64%, dados que sugerem a ocorrência de concentração técnica da produção industrial.

Para a Região Industrial da Baixada Anhanguera os dados indicam que, no período em questão, os centros tradicionalmente mais industrializados (Campinas, Jundiaí, Americana, Piracicaba e Limeira), que já sobrepujavam Rio Claro desde 1950 quanto ao número de pessoas ocupadas e quanto ao valor da produção industrial, e mesmo aqueles que se industrializaram efetivamente após 1960, como Sumaré e Valinhos, mantiveram taxas de crescimento frequentemente superiores ou pouco inferiores àquelas do conjunto estadual e asseguraram assim as principais posições na hierarquia industrial da região.

O desempenho industrial de Rio Claro foi menos expressivo. Entre 1940 e 1970, tanto as taxas de crescimento relativo do número de estabelecimentos e do número de pessoal ocupado foram inferiores àquelas apresentadas pelo conjunto paulista como também, na maioria das vezes, foram sobrepujadas pelas taxas de crescimento apresentadas pelos municípios mais industrializados da região; observe-se ainda que, nos períodos 1940-1950, 1960-1970 e 1970-1980, o crescimento relativo do número de estabelecimentos industriais em Rio Claro foi o mais baixo entre os municípios da região (respectivamente, taxas de 43,22%, 13,29% e 0,27%), o mesmo ocorrendo com o crescimento do



Quadro 1
EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL — ESTADO DE SÃO PAULO E MUNICÍPIOS
MAIS INDUSTRIALIZADOS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CAMPINAS — 1940/1980

Municípios	1940			1950			1960			1970			1980					
	Nº de estab.	Pessoal ocupado (%)	Valor produzido (C\$1.000)	Nº de estab.	Pessoal ocupado (%)	Valor produzido (C\$1.000)	Nº de estab.	Pessoal ocupado (%)	Valor produzido (C\$1.000)	Nº de estab.	Pessoal ocupado (%)	Valor produzido (C\$1.000)	Nº de estab.	Pessoal ocupado (%)	Valor produzido (C\$1.000)			
1. Campinas	264	6,627	474	79,54	11,436	72,56	1.037,433	525	10,75	15,730	37,54	14,794,523	1.326,35	839	59,80	25,698	63,36	1.205,267
2. Jundiaí	139	7,000	235	69,06	10,451	49,30	585,596	367	56,17	16,301	55,97	8,454,846	1,343,80	507	38,14	21,607	32,55	926,518
3. Americana	180	2,414	187	87,00	4,521	87,28	261,342	257	37,43	6,752	49,34	2,964,359	1,034,28	715	178,21	12,691	87,95	389,561
4. Piracicaba	170	3,467	359	111,17	6,309	81,97	456,042	396	10,30	7,773	23,20	5,556,759	1,118,47	620	56,36	11,867	52,66	539,373
5. Limeira	119	3,299	226	89,99	4,538	37,55	353,993	228	0,88	5,075	11,83	3,098,223	775,22	462	102,63	9,079	78,89	425,164
6. Sumaré	—	—	—	—	—	—	—	56	—	910	—	1,132,778	—	140	150,00	3,410	274,72	221,257
7. Valinhos	—	—	—	—	—	—	—	73	—	2,742	—	962,384	—	114	56,16	5,117	86,61	442,937
8. Rio Claro	155	2,178	222	43,22	3,607	65,61	206,434	316	42,34	3,074	-14,78	1,581,875	666,28	358	13,29	3,963	28,91	117,235
9. Sta. Bárbara d'Oeste	41	1,093	70	76,73	2,020	84,81	129,336	94	34,28	2,957	46,38	1,574,811	1,117,61	199	105,31	3,985	34,76	135,615
10. Araras	60	780	90	50,00	1,537	97,05	255,220	154	71,11	2,715	76,64	3,739,334	1,365,14	218	41,45	4,606	69,65	336,190
11. Paulínia	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	34	—	1,847	—	147,155
Total Estado de São Paulo	14,225	272,865	23,016	75,85	576,766	1,111,37	55,291,471	36,254	44,92	831,339	44,13	638,067,422	1,090,17	50,556	39,44	1,295,810	55,87	65,516,500

Fontes dos dados: 1940 — Censos Econômicos — Recenseamento Geral do Brasil
1950 — Censo Industrial — VI Recenseamento Geral do Brasil
1960 — Censo Industrial — VII Recenseamento Geral do Brasil
1970 — Censo Industrial — VIII Recenseamento Geral do Brasil
1980 — Censo Industrial — IX Recenseamento Geral do Brasil

pessoal ocupado nas décadas de 1950 a 1960 e de 1960 a 1970 (taxas de - 14,78% e 28,91%, respectivamente). Após 1970, o conjunto dos dados existentes revela intensificação no ritmo de crescimento industrial: assim, entre 1970 e 1980, Rio Claro apresentou uma elevada taxa de crescimento relativo do pessoal ocupado, 118,31%, superior à taxa estadual (76,49%) e, a nível regional, sobrepujada apenas por Sumaré, Limeira e Paulínia. O crescimento do número de estabelecimentos foi mínimo (0,27%), o mais baixo da região, o que evidencia a ocorrência de concentração técnica da produção e ainda sugere a existência de equilíbrio entre o número de estabelecimentos que fecharam e o número dos que surgiram no citado período.

Resta ainda salientar quanto ao Quadro 1 que a variável “valor da produção” é de significância discutível quando utilizada evolutivamente em números absolutos, em especial em países que apresentam forte índice de inflação, como foi o caso do Brasil no período 1950-1986. Entretanto, a citada variável pode auxiliar a análise quando diversas unidades são confrontadas em uma mesma data. Assim, observa-se que Rio Claro figurou entre os municípios com menor valor absoluto da produção industrial na região nos anos de 1950 e 1960 e liderou-os em 1970 e em 1980, apesar do expressivo aumento absoluto registrado quanto a esta variável nos anos 70. Ressalte-se ainda que, mesmo sobrepujando alguns centros quanto ao número de estabelecimentos e ao número de pessoas ocupadas (Araras, em 1950, 1960 e 1980; Sumaré em 1970; Santa Bárbara d'Oeste em 1980 e Paulínia em 1970 e 1980), Rio Claro foi por eles superado quanto ao valor da produção, nas mesmas datas. Isto pode ser explicado pela estrutura industrial existente no município até os anos 70, caracterizada pelo acentuado predomínio dos gêneros “tradicionais” — responsáveis por menor valor acrescido no processo de transformação — sobre os gêneros “motrizes”.

Do exposto pode-se concluir que Rio Claro, apesar de apresentar expansão da atividade industrial em quase todo o período 1940-1980 e mesmo altos índices de crescimento entre 1970 e 1980, tem posição secundária na hierarquia industrial da região justamente por competir com alguns dos municípios mais industrializados e de maior crescimento industrial do Estado paulista que, exatamente por isto, fazem da Região Industrial da Baixa Anhanguera a mais importante concentração industrial do interior.

Definida a posição de Rio Claro no contexto industrial regional, é feita a seguir a análise da evolução industrial do município em questão, à luz das condições geográficas que a marcaram a nível local e, obviamente, vinculada à evolução da atividade industrial no país e no Estado de São Paulo.

IV — A INDUSTRIALIZAÇÃO RIOCLARENSE: FASES EVOLUTIVAS E PRINCIPAIS FATORES ATUANTES

A industrialização rioclarenses será analisada segundo uma abordagem que privilegia o exame do processo evolutivo de implantação industrial e da corres-

pondente atuação de forças estimuladoras e/ou coercitivas, que são de natureza endógena e exógena ao município. De acordo com tal orientação, três fases podem ser identificadas no processo de industrialização local: a fase “pioneira”, de 1873 a 1929, a fase “tradicional”, de 1930 a 1968 — durante as quais a implantação industrial ocorreu em ritmo relativamente lento, sob a ação dominante de fatores endógenos — e a fase “dinâmica”, de 1969 em diante, quando forças industrializantes exógenas aceleram sensivelmente o ritmo da expansão industrial rioclarense.

1) A Fase “Pioneira” (1873-1929)

Embora o desenvolvimento industrial brasileiro tenha suas raízes na primeira metade do século XIX o país foi, até 1930, sustentado pela economia de exportação baseada no café. O surgimento de indústrias, em país de economia subordinada como o Brasil, pressupõe um desenvolvimento capitalista prévio, e foi a economia cafeeira “o principal centro de acumulação de capital no Brasil durante o período... (em que vigorou). É na região do café que o desenvolvimento das relações capitalistas é mais acelerado e é aí que se encontra a maior parte da indústria nascente brasileira” (Silva, 1981:17). Dean (1971), Mello (1975) e Cano (1983) também conferiram especial relevância à relação café-indústria, considerando a concentração da renda, gerada principalmente pela cafeicultura, o principal fator da implantação industrial no Estado de São Paulo; para tornar-se líder quanto à atração exercida em relação à localização industrial no país, São Paulo contou ainda com a existência de uma infraestrutura ferroviária e energética, com um mercado consumidor urbano em expansão, com um mercado livre de mão-de-obra, no qual se incluía o imigrante estrangeiro, enfim, com o progresso geral do Estado (Prado Jr., 1970:257).

No contexto global de desenvolvimento do Estado paulista, o município de Rio Claro inseriu-se de maneira relativamente harmoniosa, a julgar-se pelo quadro socio-econômico local existente das últimas décadas do século XIX às primeiras décadas do século XX.

No século XIX, Rio Claro foi dominado pela grande lavoura cafeeira de exportação e representou, entre 1850 a 1860, o último limite da cafeicultura rendosa (Dean, 1977:52); em 1886, classificava-se como o quarto município produtor de café no Estado (Diniz, 1973:13). Até 1890, as fazendas eram quase auto-suficientes quanto a alimentos, materiais de construção e alguns artefatos: nelas fazia-se caldo de cana e aguardente, fiava-se e tecia-se o algodão, havia serrarias, moinhos e descascadores de café e, em algumas, aproveitava-se a argila e a cal existentes em fornos e olarias, geralmente arrendados (Dean, 1977:51).

O centro urbano concentrava as atividades subordinadas à economia rural e “fornecia às fazendas alguns produtos manufaturados, arreios, carroças, e outros trabalhos de carpintaria e ferro batido” (Dean, 1977:52).

Por volta de 1900, com a difusão generalizada do trabalho assalariado — e enquanto a economia agrícola sofria grandes transformações, com a deca-

dência da lavoura do café e o surgimento de novas culturas, como os cereais, introduzidos por imigrantes estrangeiros (Davids, 1968:87) — o centro urbano já mostrava dinamismo próprio: sede de um município com 31.891 hab. (Quadro 2), mantinha depósitos de vagões e oficinas de construção e reparos da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, além de inúmeras pequenas indústrias; possuía rede telefônica, energia elétrica, casas comerciais, escolas, demandava a instalação de rede de esgotos, então planejada pelos poderes locais (Valle e Ramos, 1900). Tornara-se, enfim, “uma cidade de importância no conjunto urbano do Estado de São Paulo” (Diniz, 1973:174).

Configurava-se, assim, na passagem do século, uma gradativa reversão da situação preexistente, caracterizada pelo domínio da economia agrícola sobre o centro urbano. O início deste processo remontaria à década de 1870, e os fatores que nele atuaram de forma dominante têm sido motivo de controvérsia entre estudiosos da evolução do município.

Para Diniz (1973) e Dean (1977), a ferrovia foi o fator fundamental de crescimento do centro urbano. Segundo eles, a proliferação de atividades urbanas e o surto demográfico da década de 80 — a população cresceu de 17.241 hab. em 1886 para 31.891 hab. em 1900 (Quadro 2) — foram conseqüências da chegada dos trilhos em 1876 e da condição de “ponta de trilhos” que Rio Claro desfrutou até 1884, estendendo sua influência sobre vasta área compreendida entre as atuais cidades de Torrinha, Jaú, Jaboticabal, Descalvado e Cordeirópolis (Diniz, 1973:170). Após 1884, com a extensão dos trilhos das duas empresas ferroviárias até São Carlos, Araraquara e Jaú e a conseqüente perda da condição de “ponta de trilhos”, a cidade teria, segundo os citados autores, conhecido certa estagnação⁴.

Esta interpretação “ferrovista” foi refutada por Hogan, Oliveira e Sydenstricker Neto (1986), em trabalho que questiona o modelo explicativo que atribui à ferrovia o papel de motor do crescimento urbano. Segundo tais autores, a ferrovia representou marco importante na vida econômica da cidade, mas não é o único fator a ser considerado; a cidade já possuía uma infra-estrutura artesanal e de serviços antes de 1876, relações rurais-urbanas já haviam sido estabelecidas, conforme mostrou Dean (1977), havia considerável especulação imobiliária em 1873 e uma vida cultural relativamente rica e diversificada, a levar-se em consideração as informações existentes no “*Almanak de São João do Rio Claro para 1873*”, de Thomaz Carlos de Molina. Depois de deixar de ser “ponta de trilhos”, o núcleo urbano continuou a se expandir: enquanto no período 1871-1881 51 novos quarteirões foram acrescidos à malha urbana, 148 quarteirões surgiram no período 1887-1900; a um crescimento econômico de

⁴ Além de “ponta de trilhos” e depois estação intermediária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Rio Claro foi sede da Cia. de Rio Claro, empresa ferroviária criada em 1882 por fazendeiros da região e vendida em 1892 à Cia. Paulista.

2,4% no período de “ponta de trilhos” sucedeu um crescimento de 5,5% no período 1886-1900, quando a cidade já possuía a condição de estação intermediária⁵. Hogan, Oliveira e Sydenstricker Neto concluíram que Rio Claro se beneficiou das ferrovias menos como vias de transporte em si e mais como sede da Cia. Rio Claro (1882) e das oficinas da Cia. Paulista (1892), acentuando-se a partir destas datas o crescimento urbano. Se a economia cafeeira originou o crescimento, o mercado assim gerado sustentou-o.

Também Davids (1968), em obra de enfoque político-social, considerou o centro urbano como o “fulcro dinâmico da economia do município” na passagem do século. Para a autora, esta época configurou-se como de rompimento do complexo socio-econômico-político-cultural tradicional, baseado na cafeicultura. Na área econômica, a lavoura do café foi sendo gradativamente substituída por novos cultivos e a economia agrícola tornou-se progressivamente

Quadro 2
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO

	População total	Crescimento no período (%)	População urbana	Participação no total (%)	População rural	Participação no total (%)
1872	12.203	—	—	—	—	—
1886	17.241	41,28	—	—	—	—
1900	31.891	84,97	—	—	—	—
1920	50.416	58,08	—	—	—	—
1940	42.287	-16,13	23.322	55,15	18.965	44,85
1950	47.073	11,31	34.618	73,54	12.455	26,46
1960	60.681	28,90	49.484	81,54	11.197	18,46
1970	78.040	28,60	69.682	89,29	8.358	10,71
1980	110.212	41,22	104.091	94,44	6.121	5,56

Fontes dos dados: 1872 a 1920 — “Rio Claro — Encontros e Amigos 141 Anos” — 1968.

Conselho Municipal de Turismo e Cultura.
1940 a 1980 — Censos Demográficos — IBGE.

⁵ Diniz (1973:176) reconheceu que “se compararmos os dados de 1883 com outros de 1907 não notaremos um declínio nos seus serviços. Assim é que, em 1907, encontramos 20 casas de calçados, 24 casas de fazendas, armarinhos, modas e chapéus, 15 de ferragens, 86 estabelecimentos de secos e molhados e 7 relojarias... 6 farmácias, 3 jornais... 5 hotéis ou hospedarias”.

dependente do mercado urbano; concomitantemente, a economia urbana dinamizou-se, ampliando setores originalmente relacionados com a cafeicultura (transportes, serviços urbanos, comércio e provocando o aparecimento de pequenas indústrias. Na área social, delineou-se uma nova configuração da estrutura das classes sociais, com óbvias repercussões na área política. A classe dominante tradicional, diretamente ligada à economia cafeeira e representada por fazendeiros, capitalistas, agentes de importação e exportação, teve seu prestígio social e seu poder político progressivamente diminuídos. À sua retração correspondeu a expansão de outros segmentos sociais. O aparecimento de larga faixa populacional assalariada na cidade, os primórdios da industrialização e o exodo rural dos imigrantes estrangeiros provocaram a formação e a ampliação das classes médias: nelas figuravam elementos como advogados, médicos e outros profissionais liberais, jornalistas, pequenos comerciantes, os ligados à burocracia civil e os imigrantes estrangeiros geralmente dedicados a pequenos empreendimentos comerciais e industriais. A classe operária definiu-se e ampliou-se à medida que o centro urbano se industrializava. Já no início do século XX, os ferroviários, seus representantes mais politizados, faziam reivindicações de ordem salarial ou de melhores condições de trabalho; nas pequenas indústrias, tais movimentos não se registravam (Davids, 1968:91).

Como o processo inicial de industrialização se insere no quadro geral da evolução do município? Ou, especificamente, de que maneira e com qual intensidade o início do desenvolvimento das atividades industriais contribuiu para o processo de reversão da situação de domínio da economia agrícola sobre a economia urbana? Respostas precisas e cabais a estas perguntas são muito difíceis de se obter em virtude das reduzidas informações existentes sobre o assunto⁶. Enquanto a evolução global do município nos séculos XIX e XX tem sido abordada, sob diferentes enfoques, por vários autores, em obras que permitem a reconstituição e o estudo do processo evolutivo de Rio Claro e sua inserção no contexto socio-econômico paulista, o processo de industrialização local ainda não mereceu estudos específicos. Procurando preencher esta lacuna, direcionou-se um segmento da presente pesquisa para este objetivo e a busca de dados sobre a evolução industrial do município apontou 1873 como a data mais remota em que podem ser encontradas informações a respeito da atividade industrial em Rio Claro. Associadas a dados, de outras fontes, existentes para 1906, 1922 e 1927, permitiram a elaboração do Quadro 3 e a definição da fase “pioneira” do processo industrial rioclarenses.

⁶ O que se encontra na bibliografia existente sobre o município são freqüentes referências ao “surgimento de indústrias”, à “proliferação de estabelecimentos industriais” e a algumas indústrias em particular, além de dados esparsos.

Há que se reconhecer que a fração temporal que corresponde a tal fase é longa e abrange surtos e declínios econômicos (cafeeiros, ferroviários, etc.); existe, no entanto, uma unidade subjacente a todo o período que é o domínio da economia cafeeira de exportação, em plena vitalidade até 1890 ou já em processo de decadência a partir de 1900, até a total ruptura do complexo socio-econômico-político-cultural cafeeiro em 1930.

Se as informações contidas no Quadro 3 não são suficientes para responder cabalmente às questões anteriores formuladas, permitem, entretanto, algumas importantes constatações e inferências, que talvez possam contribuir para futuras respostas, em estudos mais integrados ou profundos que este.

— Houve nítida expansão industrial na fase pioneira, pois evoluiu-se de 46 estabelecimentos em 1873 para 142 em 1927 (208,69% de crescimento). Esta expansão parece perfeitamente coerente com os principais aspectos da evolução econômica do município anteriormente destacados, ou seja, com o crescimento do centro urbano, com a retração da economia agrícola, com o crescimento da população e com a expansão do mercado interno. De outro lado, o crescimento industrial atesta também a existência, a nível local, de certos fatores condicionantes da implantação da indústria, tais como a iniciativa empresarial e a acumulação de capitais, ainda que com expressão mínima ou quase insignificante se comparados com os existentes nas cidades mais industrializadas do Sudeste ou do Estado paulista.

A análise dos números do Quadro 3 requer, entretanto, certa cautela; quando se denomina de “atividade artesanal/industrial” aquela existente na fase pioneira é porque não existem informações completas sobre o número de pessoas ocupadas pelos estabelecimentos e assim a perfeita identificação das unidades de produção existentes torna-se muito difícil ou mesmo impossível. Na realidade, apenas nove estabelecimentos são denominados de “fábricas” por Molina, em 1873, sem maiores informações sobre os critérios que determinaram esta denominação⁷. É bem provável que as ourivesarias, as unidades de produção de calçados e chinelos, de colchões, em 1873, ou as de massas alimentícias e de chapéus, em 1906, entre muitas outras, nada mais fossem que pequenas empresas domésticas, de parcos capitais, cujas atividades eram desenvolvidas nas casas ou em seus quintais, baseadas no trabalho familiar, na pequena produção, com uso precário de máquinas e ferramentas e larga utilização de energia humana, que constituem as características fundamentais do artesanato ou da fase eotécnica da indústria (Hurst, 1972:127)⁸.

⁷ A manufatura e a fábrica distinguem-se da empresa artesanal pelo número de trabalhadores que empregam, além de outras características técnicas. Nas duas primeiras, o proprietário não mais se ocupa diretamente da produção, já que os empregados disto se encarregam; são empresas tipicamente capitalistas (Silva, 1981:82).

⁸ Em 1906, apenas 6 estabelecimentos industriais tinham motores elétricos: havia dois na fábrica de cerveja de Júlio Stern, um na torneria Guilherme Meyer, um nas oficinas da Pau-

Esta suposição é feita por analogia com o contexto geral da industrialização brasileira e da paulista no período: na segunda metade do século XIX, a pequena indústria tinha caráter local, sendo limitada a mercados de curto raio (Prado Jr., 1970:256); de acordo com o recenseamento de 1920, muitas das “indústrias manufatureiras” eram pequenas oficinas e algumas não passavam mesmo de instalações artesanais de tipo rural (Baer, 1983:14); mesmo na década de 30, as fábricas ainda surgiam como oficinas, com equipamentos simples e capital arrecadado entre os membros da família (Bresser Pereira, 1985:35)⁹.

É à luz de tais considerações que os dados referentes à fase pioneira da indústria rioclareense devem ser utilizados e interpretados; com tais ressalvas, entende-se que nada obsta sua plena utilização, mesmo porque não se pode desprezar as informações bibliográficas existentes e ainda há de se convir que o que era considerado “indústria” em Rio Claro também o era em outras localidades.

Sobre os estabelecimentos industriais maiores ou as “fábricas” da fase pioneira é possível reunir algumas informações, de fontes diversas, a partir de 1982: as Oficinas Mecânicas da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, instaladas desde 1892 (então com 2.000 pessoas empregadas, segundo Hogan, Oliveira e Sydenstricker Neto (1986)) para a montagem de máquinas e vagões importados, para a fabricação de material de uso da própria companhia e para o conserto de peças, empregavam cerca de 900 pessoas em 1922 (Ferraz, 1922); a fábrica de cigarros “Princesa d’Oeste”, fundada em 1913 por seis viajantes comerciais, ocupava alguns anos depois 50 pessoas (Penteado, 1977); a Cia. Cervejaria Rio Claro, fundada em 1899 por Carlos Pinho e arrendada em 1902 por Júlio Stern, tinha em 1922 cerca de 86 pessoas ocupadas (Ferraz, 1922); a serraria Schmidt & Meyer Ltda., que a partir de 1917 passou a produzir madeiramento, forros e assoalhos para construções, também era de grandes dimensões para a época (Álbum de Rio Claro, 1917-1951).

— A especificação dos tipos de produtos gerados pelos estabelecimentos então existentes permite duas importantes constatações.

Uma delas é que os ramos que mais se destacaram em certos anos ou que mais se expandiram em todo o período foram os ligados à produção de bens de consumo direto da população (cerveja e refrescos, calçados, pães e doces, louças, aguardente, etc.) e à produção de materiais de construção (cal, telhas,

lista, um na máquina de arroz de João Tognolli e um na tipografia de Conrado Krettlis (Krettlis, 1906).

⁹ Cano (1983:206) classificou as indústrias, segundo o recenseamento geral de 1907 e de acordo com os padrões tecnológico e energético então vigentes, como “simples” (ao que tudo indica, assim era a maioria dos estabelecimentos industriais rioclareenses), “intermediárias” e “complexas”.

esquadrias de madeiras, etc.). Este aspecto da produção industrial também é coerente com o crescimento urbano e com as expansões demográfica e do mercado interno ocorridas nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX.

A outra é que a estrutura industrial por gêneros era definida basicamente por um "tripé" produtivo: a) o beneficiamento e a transformação de matérias-primas de origem agrícola e extrativa mineral e vegetal (serrarias, beneficiadoras de algodão, café e arroz, engenhos de aguardente, curtumes, olarias e cerâmicas); b) a elaboração de bens de consumo direto da população, produtos gerados por ramos cuja origem e crescimento se baseiam na existência e expansão do mercado interno; c) a produção metalo-mecânica (fundição de metais, produção de máquinas, produção de carros à tração animal, ferrarias e funilarias).

O domínio dos citados setores de produção imprimiu à estrutura industrial rioclareense, no período 1873-1929, feições gerais de similaridade com muitas cidades sudestinas e paulistas e inseriu-a de modo relativamente harmonioso nos contextos industriais nacional e regional da época. No país, era difusa a distribuição de unidades de beneficiamento de matérias-primas de origem agrícola e extrativa mineral e vegetal, que desenvolviam atividade complementar à exportação de produtos primários, sustentáculo da economia nacional até 1930 (Furtado, 1975:16); também a indústria de produtos alimentares, uma das mais típicas representantes da produção de bens de consumo direto, expandia-se desde 1860 (Baer, 1983:10), tendo se multiplicado após 1890 os moinhos, as fábricas de biscoitos, de massas, de bebidas (Baer, 1983:11); a nível regional, a identidade estabelecia-se através do setor metalo-mecânico, difundido especialmente pelos imigrantes estrangeiros na região servida pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro, em sua linha-tronco entre Jundiá e Rio Claro ou em seus ramos (Grupo da Geografia das Indústrias, 1963; Davidovich, 1966; Sampaio, 1972).

A grande diferença existente, na fase pioneira, entre a estrutura industrial de Rio Claro e os contextos industriais nacional e regional foi a inexistência do setor têxtil no município até os anos 30, apesar de certos incentivos existentes¹⁰. Como é notório, o citado ramo liderou a industrialização de muitas cidades do Sudeste e do Estado de São Paulo, especialmente daquelas situadas junto a rios e quedas d'água, e era a principal atividade de transformação industrial no país (Cano, 1983:201)¹¹.

¹⁰ Em 1890, a Câmara Municipal de Rio Claro concedia à primeira fábrica de tecidos que se instalasse no município os terrenos necessários e ainda se comprometia a comprar grande quantidade de sementes para desenvolver o plantio de algodão no município (Diniz, 1973: 200-201).

¹¹ Em 1889, cerca de 60% dos capitais industriais do país eram investidos na indústria têxtil e 15% na indústria de produtos alimentares, sendo as outras participações menores (Prado

— Do Quadro 3 ainda é possível inferir que, se em 1873 foram arrolados cerca de 46 "estabelecimentos" ou produtores artesanais/industriais, certamente tais atividades haviam sido instaladas em anos anteriores, embora não haja registros específicos; isto indicaria que a pequena cidade já herdara de fases precedentes um certo dinamismo urbano, que já se configurava, antes de 1873, a existência de demanda interna para a instalação da pequena produção artesanal/industrial. À mesma conclusão chegaram Hogan, Oliveira e Sydenstricker Neto (1986), baseados nestes e em outros dados da mesma fonte.

À luz das informações existentes para a fase pioneira da indústria rioclareense pode-se fazer ainda algumas considerações a respeito das origens do capital industrial e da relação café-indústria.

O primeiro tema citado tem provocado controvérsias entre os estudiosos do processo de industrialização paulista. Para alguns, as origens da burguesia industrial encontram-se nos imigrantes estrangeiros desprovidos de recursos, envolvidos inicialmente com pequenas empresas artesanais/industriais e a partir daí acumulando e reaplicando capitais (Werneck Sodré, 1963; Davidovich, 1968; Prado Jr., 1970). Já para Dean (1971), os imigrantes que se tornaram industriais eram "burgueses" imigrantes, e não devem ser confundidos com a grande massa de imigrantes formada predominantemente por trabalhadores. Também para Silva (1980) é o burguês imigrante que constitui o núcleo da burguesia industrial nascente; o fato mais importante a destacar, no entanto, é que eles, os burgueses imigrantes (como Matarazzo, Jafet, Crespi, Simonsen), acumularam capital no grande comércio, especialmente nas atividades de importação e exportação. Tornaram-se representantes de firmas e marcas estrangeiras, encarregando-se da distribuição de produtos importados e também participando do comércio com as regiões rurais. "Graças ao controle do grande capital comercial, o importador está muitas vezes na origem das empresas industriais que se constituem a partir dos anos 1880. Muitas vezes, eles agem de modo a assumir o controle de empresas relativamente pequenas que, para crescer, apelam para as suas disponibilidades de capital" (Silva, 1981:95).

Além dos grandes detentores do capital comercial, vários membros da rica burguesia cafeeira também demonstraram interesse em investir na indústria, a partir de 1880. Nas fases de queda dos preços do café, havia condições para que parte dos lucros anteriormente obtidos fossem investidos em estabelecimentos industriais, especialmente naqueles de grandes dimensões, em bancos e ferrovias. Já os investimentos estrangeiros diretos foram pouco significativos para o setor industrial nacional até 1914 (Silva, 1981:97).

As origens do capital industrial em Rio Claro, na fase pioneira, não são divergentes deste esquema geral dominante, pelo contrário, pode-se mesmo

Jr., 1970:256). Em 1907, o primeiro censo industrial indicava que havia no país 3.258 estabelecimentos industriais com 150.481 pessoas ocupadas, sendo que a parte essencial deste conjunto era detida pela indústria têxtil e a de produtos alimentares (Prado, Jr., 1970: 257-258).

Quadro 3
EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE ARTESANAL/INDUSTRIAL
NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO, SP: A FASE "PIONEIRA"

Tipos de Estabelecimentos e de produtos	Número de estabelecimentos em			
	1873	1906	1922	1927
Serrarias	—	2	1	2
Marcenarias e Carpintarias	4	8	2	3
Beneficiamento de Algodão	2	—	—	1
Beneficiamento de Café	3	1	2	12
Beneficiamento de Arroz	—	1	4	5
Sabão, Sabonetes e Perfumaria	—	—	1	3
Chapéus	—	2	1	1
Cerveja e Refrescos	1	7	3	7
Licores, Vinagre e Vinho	1	—	1	1
Aguardente (Engenhos)	—	24	—	32
Massas Alimentícias	—	5	2	6
Padarias e Confeitarias	4	15	9	—
Fecularias	—	—	1	4
Gelo	—	1	—	—
Refinação de Açúcar	1	2	1	1
Calçados, Chinelos e Artefatos de Couro	3	6	5	2
Cigarros e Charutos	—	2	1	—
Móveis	—	—	1	2
Colchões	4	2	1	—
Artefatos de Madeira	—	—	1	—
Oficinas Mecânicas	—	1	1	1
Fundição de Metais e Produção de Máquinas	4	2	2	2
Carros a Tração Animal	3	3	6	8
Ferrarias e Funilarias	3	3	2	2
Tipografias	—	5	3	3
Marmorarias	—	2	2	1
Cal, Telhas e Tijolos	11	4	8	40
Louças	—	2	—	—
Curtumes	—	2	1	3
Ourivesaria	2	—	—	—
<i>Totais</i>	46	102	62	142

- Fontes dos dados: 1873 — "Almanak de São João do Rio Claro para 1873", organizado por Thomaz Carlos de Molina.
1906 — "Almanak do Rio Claro", organizado por Conrado L. Krettlis.
1922 — Ferraz, J.R. "História do Rio Claro. A Sua Vida, os Seus Costumes e os Seus Homens", 1821/1827-1922".
1927 — Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. "Estudos dos Fatores da Produção nos Municípios Brasileiros e Condições Econômicas de Cada Um". Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

afirmar que, com raras exceções, os elementos que atuaram a nível local foram os mesmos: a burguesia cafeeira, os agentes de importação e exportação, o imigrante estrangeiro, aqui entendido como simples trabalhador, ou, quando muito, como pequeno capitalista. Entretanto, certas condições locais quanto à capacidade de acumulação de capital e quanto à intensidade com que cada elemento detentor de capital atuou conferem ao processo rioclarense de geração de capital industrial algumas feições específicas, que merecem ser analisadas.

A característica essencial do processo foi a pequena capacidade de acumulação de capital demonstrada pelo município, apesar da economia cafeeira tê-lo dominado durante décadas; para Dean (1971:157), a acumulação capitalista local foi mesmo "insignificante". Isto ocorreu principalmente porque grande parte dos lucros auferidos com o café não foram reinvestidos localmente: alguns dos maiores proprietários rurais não residiam na cidade, assim como os maiores empregadores do município, as ferrovias, também pertenciam a pessoas residentes em outras cidades (no caso da Paulista, em Campinas, Limeira e Araras, segundo Silva (1981:57)). Além disso, a prolongada dependência financeira e creditícia à capital paulistana — o primeiro banco só instalou-se em Rio Claro em 1926 — não permitiu que a classe média urbana local assegurasse para si uma parcela maior da comercialização do café (Dean, 1971:157).

Esta pequena acumulação de capital no município certamente explica a existência de um número muito reduzido de unidades industriais relativamente grandes; nestas, alguns grandes e médios proprietários rurais e outros capitalistas, inclusive os agentes de importação e exportação, aplicavam parte de seus lucros, especialmente na Cia. Paulista de Estradas de Ferro com suas oficinas e em algumas "metalúrgicas e fábricas de cerveja, que eram as maiores indústrias da época" (Davids, 1968:58).

Nas pequenas unidades artesanais/industriais, que constituíam maioria absoluta no conjunto dos estabelecimentos existentes, os capitais eram detidos predominantemente por imigrantes estrangeiros. Tais capitais, ao que tudo indica, eram muito pequenos, acumulados no trabalho assalariado ou na exploração

de pequeno estabelecimento comercial ou agrícola, não havendo nenhuma informação que conduza à comprovação da existência do “burguês imigrante”.

As afirmações feitas baseiam-se em informações encontradas nos trabalhos de Molina (1873) e Krettlis (1906). Assim, se na economia rural dominada pelo café os produtores chamavam-se Camargo Aranha, Ferraz Sampaio, Correa Fontes, Arruda Penteado, Araújo Lima, testemunhando a maciça predominância de elementos de origem luso-brasileira na posse da terra e na classe social dominante, na economia urbano-industrial os fabricantes de cerveja eram os Stern, Schneider e Mecatti; os empresários da fundição de metais e da fabricação de máquinas, carros e charretes chamavam-se Meyer, Walter, Höfling, Ciarrochi, Leonardo, Reiff, Kleiner; Krettlis desempenhava as funções de tipógrafo, os Timoni, Gasbarro, Mamprini, Lazzarini faziam o trabalho do couro e produziam selas, calçados e chinelos, os carpinteiros e empalhadores eram Froch, Cohn, Kappel, Blumer, Helveg, e assim por diante.

Ante tais evidências, parece lícito concluir que o imigrante estrangeiro desempenhou papel fundamental na industrialização inicial do município, fosse como investidor de capitais, ainda que reduzidos, fosse como possuidor de iniciativa empresarial, ou ainda como detentor do conhecimento técnico dos processos industriais, trazido dos países de origem ou aprendido em família.

A relação café-indústria certamente ocorreu no município rioclarense. Ela definiu-se de maneira direta quando os grandes cafeicultores ou os agentes de importação e exportação investiram seus lucros na indústria, e isto ocorreu, ao que tudo indica, apenas com os grandes estabelecimentos, que eram poucos, como se destacou anteriormente. Levando-se em consideração todas as unidades industriais existentes, a relação café-indústria estabelecida de forma indireta parece ter tido a mais freqüente, e um modelo explicativo do processo pode ser esquematizado, incorporando idéias de Davids (1968) e Hogan, Oliveira e Sydenstricker Neto (1986). A economia cafeeira desenvolveu o centro urbano, através principalmente dos setores de beneficiamento e comércio de café e do setor de transportes (ferrovias) e, enquanto foi mantida sua alta lucratividade, sustentou o crescimento da cidade. Quando o café entrou em decadência, o centro urbano já havia adquirido um determinado tamanho funcional que lhe garantia algum dinamismo próprio de sustentação e crescimento e pôde ir gradativamente revertendo a situação anterior de domínio da economia agrícola sobre a urbana. A demanda do mercado interno era suficiente para sustentar o setor comercial e provocar o aparecimento das pequenas indústrias de bens de consumo. Além disso, a indústria beneficiou-se com a decadência do café pois, sem este para atrair os capitais, os investimentos foram sendo gradativamente canalizados para outras atividades, inclusive a industrial. Assim, se a economia cafeeira foi a principal responsável pelo desenvolvimento da cidade até 1890 e pela capitalização que provocaria o surgimento de algumas indústrias, o mercado interno assim gerado, representado principalmente pela população do centro urbano em crescimento, foi

fator essencial da origem e da expansão de muitas pequenas e médias unidades industriais.

Como é fácil perceber, a relação café-indústria em Rio Claro é também contraditória: o café propiciou a acumulação capitalista que iniciaria a industrialização mas esta só foi definitivamente estimulada com a decadência do café. Esta contradição parece ser comum às áreas cafeeiras e foi explicitada por Silva (1918:103) ao examinar as relações existentes, no país, entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro. Assim como o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provocou o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria, também impôs limites ao seu crescimento pela própria posição dominante da economia cafeeira no processo de acumulação de capital.

Em síntese, pode-se afirmar que a fase pioneira da industrialização rioclarense teve como características básicas:

— a atuação dominante de fatores endógenos no processo de implantação da quase totalidade das unidades artesanais/industriais.

Os capitais, relacionados ou não à economia cafeeira, eram locais, a iniciativa empresarial também; embora não haja referências explícitas na bibliografia, pode-se inferir, pelo tipo e dimensão da grande maioria das unidades industriais, que a produção atendia fundamentalmente a demanda interna do município, sendo provável que as cervejarias e as metalúrgicas, ou a fábrica de cigarros, tivessem mercados mais amplos.

A grande exceção a esta feição geral foi justamente o maior estabelecimento industrial do município, ou seja, o conjunto das oficinas mecânicas da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Esta era uma empresa que atuava em âmbito estadual, formada por capitais pertencentes a pessoas de diferentes lugares. Na realidade, suas ligações com Rio Claro estabeleciam-se fundamentalmente através do emprego de grande massa de trabalhadores, ou seja, eram relações de mão-de-obra; ligações (linkages) de matéria-prima ou de produto não existiam. As oficinas constituíam (e ainda constituem) uma indústria com características próprias, diversas daquelas geralmente apresentadas pela maioria dos estabelecimentos industriais, e seu efetivo papel na industrialização rioclarense será definido no próximo segmento do trabalho.

— uma estrutura industrial coerente, exceto quanto ao ramo têxtil, com o padrão estrutural então vigente em muitas cidades do Sudeste, do Estado de São Paulo e da região.

— uma indiscutível, embora não exclusiva, relação de origem (ou genética) com a economia cafeeira, que parece ser mais indireta que direta.

— a importante participação do imigrante estrangeiro através do trabalho, da iniciativa empresarial e do capital (fatores de implantação e de produção industriais). Esta característica também confere à fase pioneira da indústria rioclarense feições comuns ao quadro evolutivo da indústria no Sudeste

(Grupo da Geografia das Indústrias, 1963; Prado Jr., 1970), no Sul (Mami-gonian, 1969) e na região da Paulista (Davidovich, 1966).

Das maiores unidades industriais surgidas na fase pioneira apenas três conseguiram sobreviver até a atualidade: as oficinas da antiga Cia. Paulista de Estradas de Ferro, hoje incorporada à FEPASA; a Cervejaria Rio Claro que, em contínua expansão, passou por sucessivos donos e é hoje uma unidade de produção pertencente às Cervejarias Reunidas Skol-Caracu; a metalúrgica Bruno Meyer, hoje com outra razão social, que é uma unidade industrial de tamanho médio (50 a 100 pessoas ocupadas) e é a única remanescente do setor metalomecânico da fase pioneira, juntamente com as oficinas da FEPASA¹².

Após 1930, o embrião industrial gerado na fase pioneira não encontrou condições propícias para plena germinação, por um complexo de razões a serem analisadas no próximo segmento do trabalho, e a industrialização rioclareense não se fez ao ritmo que a fase anterior faria pressupor.

2) A Fase "Tradicional" (1930-1968)

Após 1930, delineou-se claramente no país a ruptura do modelo agrícola de exportação. A crise do comércio exterior, limitando drasticamente a capacidade de importar, e os mecanismos acionados pelo Estado para a defesa do nível de renda da cafeicultura provocariam o surgimento de uma nova forma de crescimento industrial (Cano, 1983:258). Iniciava-se a fase típica da industrialização por substituição de importações, com a produção interna se expandindo para atender o mercado preexistente e em crise de abastecimento de suas fontes externas tradicionais. (Furtado, 1975:23, 24).

A consolidação do poder central, efetivada em 1937, levaria o Estado a desempenhar o papel de agente orientador e normativo da industrialização, e também o de agente produtor ao tornar-se empresário das primeiras grandes indústrias de base do país. O Estado não chegaria, no entanto, a promover o planejamento, a nível nacional, da localização das indústrias que se instalavam; o processo foi espontâneo, natural, e desta forma os centros urbanos de maior tamanho funcional e já relativamente industrializados passaram a ser os principais pólos de atração para as indústrias. Obviamente, o maior beneficiário do processo teria que ser o Estado de São Paulo, detentor da rede urbana melhor estruturada do país, e onde as relações capitalistas de produção eram

¹² É ainda da fase pioneira a implantação do ensino técnico industrial no município. Rio Claro foi a quarta cidade paulista (após São Paulo, Amparo e Jacareí) a possuir uma escola profissional: em 1920 instalou-se a Escola Profissional Masculina de Rio Claro (hoje Escola Industrial Prof. Aprígio Gonzaga), com cursos de mecânica, marcenaria e pintura. Este setor do ensino seria ampliado na fase seguinte com a instalação, em 1934, dos Cursos de Ferrovianos e dos Núcleos de Ensino Profissional, incorporados em 1942 ao SENAI.

mais desenvolvidas e o setor industrial mais avançado (Cano, 1985:259). "As demais regiões se envolvem sucessivamente numa divisão de trabalho tipo cidade-campo com esse núcleo privilegiado, que passa a ter o resto do país como mercado para os produtos de sua indústria" (Singer, 1966:12). No Estado paulista, a grande concentração espacial de indústrias ocorreu na capital, que passou a organizar a atividade agrária do Estado como fornecedora de matérias-primas industriais e gêneros alimentícios.

Ao que tudo indica, e por complexas razões de ordem interna e externa ao município, Rio Claro pouco se beneficiou deste impulso industrial que São Paulo e algumas outras cidades paulistas receberam. Ao perder sua antiga posição de centro urbano de uma próspera área cafeeira, Rio Claro entrou em um período de estagnação econômica e de retração demográfica. A população diminuiu de 50.416 hab. em 1920 para 42.287 hab. em 1940 (Quadro 2). No plano econômico, a agricultura, lentamente reorganizada com base na pequena produção e na policultura, não mais voltaria a atingir a antiga lucratividade, nem mesmo com a ascensão da cana na década de 50; o centro urbano, mantendo algumas condições específicas já citadas, também se caracterizou pela pequena capacidade de acumulação de capital. Assim, a pequena indústria, incapacitada de competir com os grandes centros — pelas suas próprias dimensões, pela sua pequena capacidade de geração e acumulação de renda e pela reduzida oferta de capitais de financiamento no município — restringiu-se nos anos 30 e 40 ao mercado consumidor interno e próximo (Davids, 1968:92). A grande indústria, tradicionalmente representada por algumas poucas unidades, continuaria nesta situação pois, enquanto algumas novas fábricas surgiam, importantes estabelecimentos remanescentes da fase "pioneira" encerravam suas atividades nos anos 30 e 40, como a Serraria Schmidt, a fábrica de cigarros Princeza d'Oeste e quase todas as fábricas de "troleys" e charretes, por problemas decorrentes da crítica conjuntura econômica nacional ou de administração interna, e ainda por inadaptação às inovações tecnológicas.

Definia-se assim uma segunda fase no processo de industrialização rioclareense, caracterizada por algumas feições específicas, destacadas a seguir, e denominada de "tradicional" em função do domínio exercido pelos ramos "tradicionais" da indústria, ou seja, aqueles que não exercem efeito multiplicador no processo de industrialização.

— Uma característica essencial da fase "tradicional" foi a pequena expansão verificada na indústria. (Quadro 4)¹³. A levar-se em conta a variável "número de estabelecimentos", tal afirmação pode parecer incorreta: o número de uni-

¹³ Não há dados estatísticos oficiais para 1930; a delimitação das duas primeiras fases da industrialização rioclareense baseou-se no marco econômico-industrial-político-social representado pelo ano de 1930.

Quadro 4
EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE
RIO CLARO (SP). POR GÊNEROS — 1940/1984

Indústria de transformação gêneros industriais	1940		1950		1960		1965		1970		1975		1980		1984	
	Nº de estab.	Pessoal ocupado														
Minerais não Metálicos	—	—	—	—	92	—	89	—	83	575	109	937	90	1.075	91	868
Metalúrgica	—	—	—	—	10	—	27	—	30	151	25	236	26	300	49	477
Mecânica	—	—	—	—	9	—	12	—	13	50	19	344	20	566	12	312
Material Elétrico e Comunicação	—	—	—	—	3	—	—	—	9	30	7	46	6	201	6	44
Material de Transporte	—	—	—	—	10	—	5	—	7	84	12	1.162	9	909	9	1.046
Madeira	—	—	—	—	13	—	13	—	14	171	23	308	9	181	20	235
Mobiliário	—	—	—	—	35	—	46	—	25	145	19	175	27	402	24	349
Papel e Papelão	—	—	—	—	—	—	2	—	2	x	2	x	2	—	3	216
Borracha	—	—	—	—	—	—	—	—	2	x	—	—	2	—	1	85
Couros, Peles e Similares	—	—	—	—	5	—	5	—	4	17	1	x	1	—	7	98
Química	—	—	—	—	10	—	19	—	14	436	13	356	14	321	10	810
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1	x	—	—	1	5
Perfumaria, Sabões e Velas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Plásticas	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	10	229	6	938	11	753
Têxtil	—	—	—	—	7	—	11	—	11	569	5	523	7	525	3	483
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	—	—	—	—	22	—	26	—	33	344	31	302	31	578	45	671
Produtos Alimentares	—	—	—	—	75	—	80	—	71	583	71	942	63	1.300	59	1.218
Bebidas	—	—	—	—	6	—	8	—	10	584	11	866	8	536	6	1.194
Editorial e Gráfica	—	—	—	—	10	—	10	—	11	85	12	114	12	89	20	144
Diversos	—	—	—	—	7	—	7	—	10	34	12	111	7	92	4	56
Totais da Indústria de Transformação	—	—	—	—	316	—	362	—	350	3.941	384	6.928	340	8.684	382	9.065
Indústria Extrativa	—	—	—	—	—	—	—	—	8	22	17	161	12	93	19	285
Atividades de Apoio e de Serviços de Caráter Industrial	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14	88	7	379	—	—
Totais gerais	155	2.178	222	3.607	316	3.074	362	—	358	3.963	415	7.016	359	8.777	401	9.350

Fontes dos dados ; 1940 — Censos Econômicos — V Recenseamento Geral do Brasil
1950 — Censo Industrial, Comercial e dos Serviços — VI Recenseamento Geral do Brasil
1960 — Censo Industrial — VII Recenseamento Geral do Brasil
1965 — “Cadastro Industrial 1965” — Estado de São Paulo
1970 — Censo Industrial 1970 — VIII Recenseamento Geral do Brasil
1975 — Censos Econômicos de 1975 — Censo Industrial — São Paulo
1980 — Censo Industrial 1980 — IX Recenseamento Geral do Brasil
1984 — Prefeitura Municipal e Delegacia Regional da CIESP-FIESP

dades de produção existentes em 1940 era de 155 — pouco mais, porém, que as 142 encontradas em atividade em 1927 — e, em 1970, havia sido atingido o total de 358 estabelecimentos, o que evidencia um crescimento relativo de 130,96% em 30 anos. No entanto, é através da variável “pessoal ocupado”, infelizmente disponível apenas a partir de 1940, que o modesto crescimento industrial da fase “tradicional” pode ser apreendido: de 2.178 pessoas ocupadas na indústria em 1940 passou-se para 3.963 em 1970, um crescimento global de 81,95% em 30 anos, que assume pequenas proporções quando comparado com a expansão de 121,47% ocorrida no curto período 1970-1980¹⁴.

Se a análise do crescimento do pessoal ocupado na indústria durante a fase “tradicional” for feita por décadas, alguns importantes detalhes, não perceptíveis na análise global do período focalizado, serão revelados; desta forma, nota-se que a maior parte (80,05%) da expansão verificada se concentrou na década 1940-1950, que foi então a de maior dinamismo industrial no período em questão. De 1950 a 1960 chegou mesmo a ocorrer diminuição do pessoal ocupado na indústria, embora o número de estabelecimentos tivesse se expandido bastante, o que também ficou evidenciado através do agrupamento das datas de instalação de um estrato de 118 estabelecimentos que atualmente ocupam 6 ou mais pessoas (Figura 2). Tais fatos sugerem que tenha ocorrido na citada década surgimento de muitas pequenas unidades industriais, continuidade de muitas das já existentes e ainda extinção de indústrias de grande e médio porte e/ou de setores dos grandes estabelecimentos.

A retração industrial ocorrida em Rio Claro na década de 1950 a 1960 não se coaduna com os contextos nacional e estadual então existentes. Como se sabe, a situação internacional favorável ao comércio de mercadorias e ao movimento de capitais, após o término da II Guerra Mundial, a intervenção do Estado no processo de industrialização do país, desenvolvendo o setor de insumos básicos e de infra-estrutura, a implantação da indústria automobilística, em 1957, foram fatores que, entre outros, permitiram o grande impulso dado à indústria brasileira após 1950, consolidaram a hegemonia da metrópole paulistana sobre outros centros industriais do país e definiram seu papel de pólo difusor da atividade industrial. Rio Claro, entretanto, até 1969, permaneceu quase marginalizado de tal influência.

— *A fase “tradicional” também se caracterizou pela introdução do gênero têxtil no município.* Sintomaticamente, ele não surgiu como uma expressão dos capitais locais, até então desinteressados ou incapazes no citado gênero, mas sim como um dos raros exemplos da influência que os impulsos industrializantes emitidos pela metrópole paulistana tiveram a nível local.

¹⁴ No mesmo período, a população do município teve um crescimento relativo de 84,50%, passando de 42.287 hab. em 1940 para 78.040 hab. em 1970.

Como fator principal de atração atuou o grande potencial de mão-de-obra feminina geralmente existente em um centro ferroviário; no entanto, a localização da cidade, junto a uma via férrea troncal, e a proximidade de São Paulo também devem ter influenciado a decisão locacional. Para desfrutar de tais vantagens, em 1939 instalou-se a fábrica local da S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, na época com 808 operários, e em 1944 foi implantada uma unidade de produção da E.F. Saad e Cia, de menores dimensões; tais fábricas, especialmente a primeira, foram, até fins da década de 60, a maior fonte de emprego para a mão-de-obra feminina urbana. Com os fracos setores comercial e de serviços então existentes, às mulheres rioclarenses da classe operária era oferecido um restrito campo de trabalho: ou conseguiam emprego “na fábrica” (as duas indústrias têxteis) ou, como alternativa mais provável, eram empregadas domésticas.

O gênero têxtil fortaleceu-se ao longo de toda a fase “tradicional”, com o aparecimento de estabelecimentos menores; por volta de 1969 havia 11 unidades têxteis no município, número que foi sendo gradativamente reduzido na década de 70.

— *Na fase em questão, a estrutura por gêneros da indústria local caracterizou-se pela supremacia dos gêneros “tradicional” sobre os “motrizes” ou “dinâmicos”*¹⁵. Esta afirmação baseia-se em informações bibliográficas existentes e nas datas de instalação dos estabelecimentos, obtidas em pesquisa direta, já que não existem dados oficiais do Censo sobre o número de estabelecimentos existentes em cada gênero até 1960 e sobre o número de pessoas ocupadas em cada gênero até 1970.

Assim, segundo Davids (1968:99), que se baseou em dados do IBGE (sem maiores especificações), em 1945 o gênero “material de transporte” era o que ocupava o maior número de pessoas, ou seja, 1.575; em seguida apareciam os gêneros “têxtil”, com 1.079 pessoas ocupadas, “minerais não metálicos”, com 582, e “bebidas”, com 323 pessoas ocupadas. Em 1955, segundo outra fonte¹⁶, a estrutura industrial por gêneros mantinha as mesmas feições da

¹⁵ Uma indústria é “motriz” quando exerce efeitos de expansão (por intermédio de preços, fluxos, informações) sobre outras unidades que lhe são relacionadas. Sua produção eleva a taxa de crescimento do produto real global e líquido de um determinado conjunto; tem efeitos de aglomeração ao reunir ou provocar o aparecimento de atividades complementares (que lhe fornecem matéria-prima ou equipamentos ou consomem seus produtos) e efeitos de junção, pois aumenta cumulativamente a oferta e a procura e alarga o campo de possibilidades dos produtores locais. Tais efeitos provocam o aparecimento de novas atividades (Perroux, 1968: 192, 193). Os gêneros e unidades “tradicional” teriam características opostas, ou seja, em resumo, não teriam efeito multiplicador considerável no processo de industrialização.

¹⁶ A fonte é “Rio Claro. São Paulo. Em comemoração ao 1º Centenário”. C.N.E., Coleção de Monografias, nº 134.

década anterior: depois das oficinas da Cia. Paulista, o gênero têxtil era o que mais ocupava mão-de-obra (611 pessoas ocupadas), vindo após o de minerais não metálicos (423 pessoas ocupadas) e o de bebidas (416). Quanto ao valor da produção, a indústria de bebidas aparecia em primeiro lugar (Cr\$... 153.503.000,00) e a têxtil em segundo (Cr\$ 125.837.000,00).

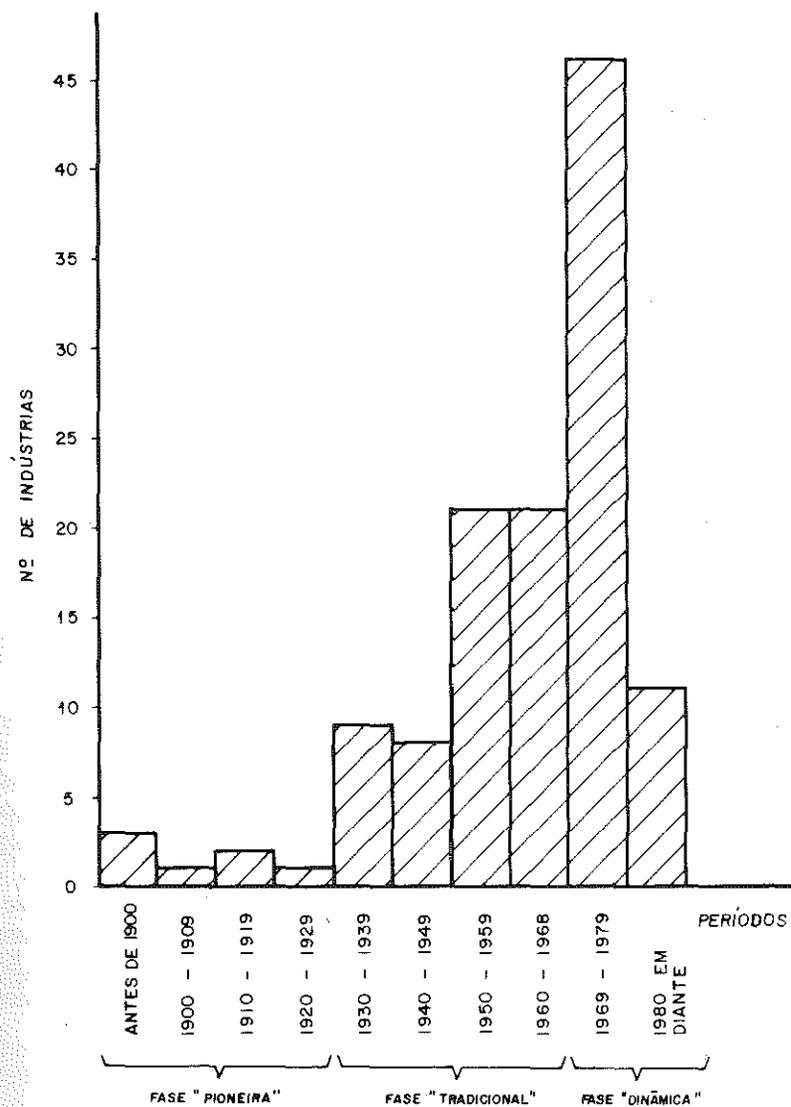
Apesar da diversidade das fontes, o que recomenda certa cautela na utilização dos dados acima citados, para a definição da estrutura industrial por gêneros vigente na fase "tradicional" (objetivo aqui visado) as informações existentes são úteis. Assim, três gêneros industriais "tradicional" (têxtil, minerais não metálicos¹⁷ e bebidas), notoriamente sem efeito multiplicador no processo de industrialização, dominaram, juntamente com a construção de material ferroviário, a atividade industrial no município ao longo das duas décadas citadas e, provavelmente, também nos anos 60, e este fato, sem dúvida, constituiu um dos principais motivos do pequeno crescimento industrial ocorrido no período em questão.

Há que se esclarecer agora porque não se considerou a estrutura industrial por gêneros da fase "tradicional" como representativa dos ramos "dinâmicos", já que a indústria de material de transporte, em seu grupo de construção de material ferroviário, notoriamente tem sido a mais importante do município quanto ao número de pessoas ocupadas. Obviamente, o gênero "material de transporte" (assim como seus vários grupos) é "dinâmico" mas, em Rio Claro, devido às condições específicas de funcionamento das oficinas da Cia. Paulista, não assumiu tal condição. Isto se explica pelo fato de que as oficinas produziam (e ainda produzem) exclusivamente para a própria Cia. Paulista, além de para ela fazer consertos e reparos; toda a matéria-prima recebida pelas oficinas vinha de outros centros, especialmente de São Paulo, pela própria ferrovia. Não se estabeleceram, portanto, entre as oficinas e o espaço econômico rioclarense, ligações (linkages) funcionais de matéria-prima ou de produto, nenhuma empresa local fornecia seus produtos as oficinas ou delas comprava. Desta forma, não ocorreram efeitos de aglomeração e de junção, e a condição de "motriz" não pode ser reconhecida no citado gênero e em seu único estabelecimento de grandes dimensões.

— De acordo com as poucas informações existentes, na fase "tradicional" a estrutura dimensional da indústria rioclarense foi marcada pelo domínio dos pequenos estabelecimentos, e o surgimento destes superou em muito o de grandes e médias unidades de produção. Estas, em pequeno número,

¹⁷ Há grupos do gênero "minerais não metálicos" que podem exercer função "motriz", como, por exemplo, a produção de fibra de vidro; na época, no entanto, este gênero aparecia em Rio Claro como exclusivamente "tradicional", representado por unidades de extração de calcário e areia, olarias, cerâmicas, etc.

FIG. 2 - EVOLUÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM RIO CLARO, SEGUNDO AS DATAS DE INSTALAÇÃO DE 118 ESTABELECIMENTOS COM 6 OU MAIS PESSOAS OCUPADAS.



ORG: AURO AP MENDES
S. S. SAMPAIO

ro, surgiram quase que exclusivamente nos gêneros “tradicionais”, como se demonstra a seguir.

No gênero “produtos alimentares”, surgiu um grande estabelecimento, a Usina Santana, instalada em 1948, e, no gênero “bebidas”, foi implantada, nos anos 50, uma grande unidade de engarrafamento de aguardente, a Caninha 3 Fazendas S.A. Esta expansão verificada refletiu menos a atuação de estímulos internos, locais, do que a influência de forças externas, emanadas das conjunturas nacional e estadual. Os anos 40 e 50 foram marcados pela grande expansão da cultura canavieira, no país e no Estado de São Paulo, e pela intensa proliferação de usinas de açúcar e álcool em substituição aos antigos engenhos, processo desencadeado a partir de 1933 pelo I.A.A. Obviamente, tal expansão atingiu os municípios tradicionalmente açucareiros e alcooleiros da Depressão Periférica paulista (Piracicaba, Limeira, Araras, etc.) e em Rio Claro, devido à proximidade geográfica, a cultura da cana também foi incrementada. A maior parte da produção, no entanto, era destinada às numerosas usinas situadas nos municípios vizinhos, situação que até hoje não foi revertida¹⁸.

O gênero “produtos alimentares” foi, no conjunto, o que provavelmente apresentou a maior expansão no período focalizado, pois em 1970 já ocupava o segundo posto na hierarquia dos gêneros locais; foi nele que surgiu, além da citada usina, o maior número de estabelecimentos de médio porte: a fábrica de balas São João, o Laticínios Rio Claro, as unidades de abate de aves (Fricock, Zucchi, Saad), alguns frigoríficos, depois extintos.

O gênero “bebidas” apresentou expansão menor; além da grande unidade já citada, instalaram-se nesta fase uma cervejaria de médias dimensões (a Mãe Preta, hoje extinta) e duas unidades médias de produção de refrigerantes, a D’Abronzo, em 1930, e a Irmãos Casonatto, em 1947.

O gênero de vestuário, calçados e confecções apresentou um crescimento relativo menor que os já citados, e tal crescimento derivou principalmente da instalação de pequenas unidades de produção (de roupas, de artigos de cama, mesa e banho). No grupo de calçados, mais exatamente na produção de sapatos populares, duas unidades médias (Gury e Codo) e uma pequena (Leivy) foram acrescidas àquela já existente, a Timoni, remanescente da fase “pioneira”. Provavelmente estas fábricas surgiram em função da existência, no município, de 5 curtumes. A partir da década de 60, com o alto preço do couro (produto muito valorizado devido à exportação) e com a concentração da produção nacional em Franca (S.P.) e no vale do Rio dos Sinos (R.S.), os centros menos

¹⁸ Pelo contrário, intensificou-se. Com o fechamento da Usina Santana, em 1985, toda a cana produzida em Rio Claro é vendida para usinas de municípios próximos.

especializados e com menor infra-estrutura não suportaram a concorrência e Rio Claro constitui exemplo típico deste processo: atualmente só duas fábricas de calçados sobrevivem, enquanto todos os curtumes desapareceram¹⁹.

Nos gêneros “dinâmicos” há pouco a ser destacado. Na indústria química foram implantadas duas unidades de médio porte: a Prema — Preservação de Madeiras S.A., surgida em 1936 em função da atração exercida pelo Horto Florestal do município e especializada no tratamento de madeiras (dormentes) para a Cia. Paulista de Estradas de Ferro; a Quimanil, originada de capitais holandeses e voltada para a produção de corantes para curtumes, para indústrias têxteis e alimentícias²⁰. No gênero “mecânica”, também apareceram duas unidades de médio porte: a Fischer Indústrias Mecânicas, que desde 1957 fabrica acessórios para cabos de aço, e a C.A.F., criada em 1963 para produzir máquinas e acessórios para frigoríficos. Na metalurgia, enquanto desapareciam algumas unidades maiores, herdadas da fase pioneira (especialmente as produtoras de charretes e carroças)²¹, surgiam estabelecimentos pequenos, em sua maioria serralherias destinadas a abastecer o mercado local.

— *Outra feição que individualiza a fase “tradicional” da indústria rioclareense é a relativa importância que os capitais locais mantiveram no confronto com os capitais de origem externa ao município.* A esta conclusão conduziu a pesquisa realizada, embora não tenha sido possível estabelecer, quantitativamente, a participação de cada tipo de capital (segundo sua procedência) no conjunto da atividade industrial. No entanto, embora aparecesse vinculado a apenas 5 estabelecimentos, o capital externo assumia importância maior do que pode parecer à primeira vista, já que tais unidades eram de médio e grande porte: as duas indústrias têxteis e a Prema, representativas de capitais paulistanos, a fábrica de balas São João, capitais locais associados a outros de Piracicaba, e a Quimanil, controlada por capitais externos.

Definida a fase “tradicional” em seus traços essenciais, e já destacadas algumas das condições que permitiram a implantação industrial, cabe agora reconhecer certos fatores endógenos que, se supõe, tenham contribuído, através de uma atuação integrada, para o fraco desempenho da indústria rioclareense durante a fase em questão, tanto em termos absolutos quanto em relação ao contexto regional.

¹⁹ Destaque-se ainda que, com a grande valorização do couro, os curtumes menores foram se descapitalizando, já que entre o recebimento do couro bruto e a curtição se gasta aproximadamente 40 dias, o que torna mais lento o giro de capital.

²⁰ Nos anos 70 esta fábrica registrou grande expansão, já incorporada à Imperial Chemical Industries (I.C.I.), “gigante” multinacional do ramo químico, sediada na Inglaterra.

²¹ Atualmente ainda existe uma pequena fábrica de carroças que, com apenas 3 pessoas ocupadas, sobrevive a duras penas.

a) *A pequena capacidade de acumulação de capital do município*, que o caracterizou desde os primórdios de sua evolução econômica e que, obviamente, é causa e efeito da relativa debilidade de seus setores econômicos, inclusive o industrial.

b) *A tímida iniciativa empresarial local*, parcialmente associada à escassez de capitais, mas também a outros fatores, nem todos plenamente identificáveis. A impressão que se tem é que, guardadas as devidas proporções, o importante papel que o imigrante estrangeiro desempenhou na geração de indústrias na fase pioneira foi gradativamente se esvaziando, por razões que, evidentemente, justificariam outra pesquisa. Para os gêneros “metalúrgica” e “mecânica”, alguma especulação é possível, com base nas informações levantadas através dos questionários; elas indicam que a difusão do conhecimento técnico nos citados ramos teria sofrido solução de continuidade de uma fase para outra, fosse a nível da empresa familiar ou mesmo daquelas de maior porte. O certo é que não existiu em Rio Claro uma grande unidade metalúrgica e/ou mecânica que, formando mão-de-obra especializada, passasse a ter efeito multiplicador no processo de industrialização, com a eventual saída de empregados para fundar sua própria empresa, como aconteceu com a “Machina São Paulo”, em Limeira (Sampaio, 1972) ou com a Metalúrgica Dedini, em Piracicaba (Sampaio, 1976). Este tipo de origem de empresário industrial apareceu em um único exemplo em Rio Claro, mais precisamente na citada fábrica de carroças e charretes, cujo dono foi empregado em uma das antigas congêneres existentes e depois se estabeleceu por conta própria. Em outras indústrias mecânicas e metalúrgicas pesquisadas, surgidas na fase “tradicional” e mesmo posteriormente, 5 empresários admitiram ter desempenhado anteriormente atividades ligadas aos citados gêneros, mas não necessariamente no mesmo grupo de produção e nem mesmo em Rio Claro: o primeiro trabalhou na Bosch, em Campinas, outro foi soldador da Light, em São Paulo, um terceiro trabalhou em outra indústria da região, enquanto outros dois, com cursos no SENAI, foram empregados em oficinas de autos em Rio Claro.

c) *A existência de um reduzido número de estabelecimentos “motrizes”*; fato que restringiu sobremaneira o aparecimento de novas indústrias e atividades.

d) *A existência das oficinas da Cia. Paulista*. Pode parecer paradoxal, mas tudo indica que a mais antiga indústria entre as que existem atualmente, aquela que, ao longo de toda a evolução industrial, empregou o maior contingente de mão-de-obra local, também contribuiu para o ritmo pouco acelerado que a industrialização rioclarense mostrou até 1968.

Certamente não se pode negar que as oficinas sempre tiveram muita importância no contexto socio-econômico local por serem a maior fonte de empregos, ocupando um contingente de operários que oscilou entre o máximo de 2.550 em 1926 e o mínimo de 980 em 1960. Obviamente, tal número de pessoas (acrescido ainda daquelas que trabalhavam no serviço de transportes e no

Horto Florestal) deve ter gerado demanda para o setor comercial, para o de serviços e para a indústria de bens de consumo direto locais, e isto constituiria um efeito econômico indireto da presença das oficinas em Rio Claro. Elas também podem ter contribuído para a formação de mão-de-obra especializada, eventualmente aproveitada em outros estabelecimentos. No entanto, elas não estabeleceram ligações funcionais de matéria-prima e de produto com indústrias locais, como já se viu, despojando-se, portanto, de qualquer efeito multiplicador; também os operários que saíram não chegaram a se estabelecer por conta própria, aplicando assim o conhecimento técnico adquirido. Segundo as informações obtidas, aliás, poucos saíram, já que o emprego na Cia. Paulista era considerado como estável, dos melhores existentes, o que não deve ter encorajado “aventuras” empresariais de parte de seus empregados. De outro lado, a elevada demanda de mão-de-obra das oficinas pode ter funcionado como fator de repulsão para outros tipos de indústrias mecânicas, fossem as de capital local ou as de capital externo, enquanto que suas grandes dimensões e condições específicas de produção também desencorajariam a instalação de empresas similares e de unidades tecnicamente vinculadas.

Por tudo o que foi exposto, as oficinas da Paulista, como unidade industrial, não parecem ter contribuído para a ativação do crescimento industrial de Rio Claro, pelo contrário, teriam sido um dos fatores inibidores da industrialização.

e) *As precárias condições de abastecimento em energia elétrica e água*, que caracterizaram o município até meados dos anos 60. A antiga concessionária do setor de geração de eletricidade, a Central Elétrica de Rio Claro, era uma empresa de pequenas dimensões, operando usinas de reduzida capacidade, sem condições de acompanhar e muito menos de se antecipar ao crescimento da cidade. Assim, nas décadas de 40 e 50, eram frequentes os cortes no fornecimento de energia elétrica, o que obviamente constituía um sério obstáculo ao funcionamento das indústrias. Em 1966, com a criação da CESP, empresa de âmbito estadual, a antiga Central Elétrica foi a ela incorporada, e sucessivas medidas de melhoria da rede de distribuição de energia sanaram o problema.

A solução para a questão da água viria em fins da década de 60, com a construção de uma nova adutora e a captação de parte das águas do rio Corumbatai.

Como um fator secundário, complementar aos demais, poderia ser citada a falta de efetiva implementação de uma política industrial ordenada e permanente de parte do poder executivo local, o que só viria a acontecer a partir de 1969. Algumas iniciativas existiram no sentido de incentivar a industrialização local ou mesmo proteger as pequenas empresas: em 1951, a lei nº 312 isentava do imposto de indústria e profissões as pequenas indústrias domiciliares e as serrarias e olarias que só produzissem para as necessidades de seus proprietários; pela lei nº 628 de maio de 1959, concedia-se às novas indústrias

que se instalassem no município nos 4 anos seguintes e às já existentes a isenção de impostos municipais de modo proporcional aos aumentos que tivessem, durante a vigência da citada lei, em número de empregados e em faturamento. A nº 628 estabelecia ainda que, se fosse conveniente, a Prefeitura fizesse doação ou cessão por comodato de terrenos para a instalação de novas indústrias ou ampliação das já existentes. Em 1963, nova lei posta em vigor praticamente estendia a duração da lei nº 628 por mais 4 anos, acrescentando apenas alguns novos detalhes e condições.

No entanto, provavelmente pela atuação mais forte e decisiva dos fatores negativos internos anteriormente citados e ainda pelos problemas que cercaram a execução de tais leis — restrita divulgação, a notória precariedade de recursos do município, a solução de continuidade representada pela troca quadrienal de pessoas no poder legislativo e no poder executivo locais — os resultados esperados não se fizeram sentir.

Certamente os citados fatores endógenos inibidores da industrialização explicam em grande parte o reduzido parque industrial e o ritmo pouco acelerado de industrialização existentes até 1968; entretanto, não se pode esquecer que, conjugados a eles, alguns fatores exógenos também atuaram, tais como a concorrência exercida pelas cidades próximas mais industrializadas na disputa pelos capitais industriais que se difundiam a partir da metrópole paulistana ou que provinham diretamente do exterior, processos de difusão que, por sua vez, não haviam adquirido ainda a pujança e a intensidade que demonstrariam nos anos 70.

Em fins da década de 60, Rio Claro era uma cidade-média do interior, que apresentava como feições típicas duas condições relativamente conflitantes. No plano social, era reconhecidamente possuidora de uma boa qualidade de vida, cidade tranquila, sem grandes desníveis sociais, com relativa boa infraestrutura de educação e saúde; no plano econômico, apresentava lento crescimento, especialmente no setor industrial, e a geração de empregos não acompanhava o crescimento da população, daí sua condição de exportadora de mão-de-obra para o trabalho diário em Campinas, Limeira e Piracicaba²².

A total responsabilidade pelo fraco desempenho econômico do município não deve, entretanto, ser atribuída ao setor industrial, o que parece ser consenso geral entre os rioclarenses. Certamente se o desenvolvimento econômico local era pouco expressivo, em grande parte isto se explicava porque Rio Claro “não tinha indústria de porte”, “não procurava atrair indústrias, como as outras cidades”, “não tinha gente de iniciativa”. No entanto, o setor agrícola também era pouco desenvolvido, e conseqüentemente os setores comercial e de

²² Este aspecto foi levantado através de entrevistas pessoais. Segundo um entrevistado, pessoa ligada ao poder executivo local, em 1969 “cerca de 400” rioclarenses trabalhavam na indústria Bosch, em Campinas.

serviços refletiam a debilidade das atividades produtivas. Em síntese, o conjunto econômico do município, tradicionalmente centrado na condição de núcleo ferroviário e na de produtor de bens de consumo direto da população, ressentia-se de maior capacidade de acumulação de capital e esta deficiência geral comprometia o pleno desenvolvimento de cada setor.

A mudança, no entanto, estava iminente. O elemento propulsor da reversão do quadro econômico tradicionalmente derivado da ação dos fatores endógenos seria a industrialização, baseada na entrada de capitais externos ao município e suficientemente pujante para desencadear uma nova fase no processo evolutivo industrial rioclarenses.

3) A Fase “dinâmica” (1969 em diante)*

É nesta fase que a industrialização rioclarenses se integra plenamente a processos que ocorrem a nível mundial, nacional e regional, ou seja, a internacionalização do sistema industrial capitalista, a integração brasileira a este sistema e a desconcentração espacial da indústria em território paulista.

Já se destacou anteriormente que o surto industrial brasileiro de 1968-1974 foi marcado por grande expansão — registraram-se taxas de crescimento industrial de 14,3% em 1971 e de 16,00% em 1973 (Baer, 1983:407) — e por significativa participação de capitais estrangeiros; a nível espacial, já havia sido transposto o ponto de retorno a partir do qual decresceu a contínua concentração industrial na metrópole paulista, passando esta a comandar a difusão espacial de indústrias, nacionais e estrangeiras, que buscavam no interior espaços menos congestionados, menos poluídos e menos valorizados, mas relativamente próximos ao grande centro polarizador.

Ciente do processo de interiorização industrial que se efetuava e da necessidade que o município de Rio Claro tinha de acelerar seu desenvolvimento econômico, o poder local definiu, a exemplo de outros municípios da região, uma política de estímulo à industrialização, implementada através das seguintes medidas:

— concessão de incentivos às indústrias que viessem a se localizar no município (lei nº 1.167 de 6 de julho de 1970), tais como doação de terrenos, isenção de imposto predial e territorial urbano, pagamento de parte do aluguel do prédio provisório, indenização de culturas eventualmente existentes nos terrenos a serem ocupados pelas indústrias, fornecimento de infraestrutura (água, esgoto, construção de estradas de acesso, serviços de terraplenagem e limpeza dos terrenos).

*A instalação de duas grandes indústrias em 1969, a Ocfibras e a Gurjel, a primeira controlada por capital norte-americano e a segunda por capital paulistano, após muitos anos de relativa estagnação na implantação industrial no município rioclarenses, foi o principal critério considerado para a definição da fase “dinâmica”.

— criação de um distrito industrial (decreto nº 1.866 de 26 de agosto de 1970) que — ao contrário de estudos preliminares existentes que indicavam sua localização a oeste da cidade, junto à rodovia Washington Luís — foi instalado ao norte do centro urbano, compreendendo a área onde se implantava a Ocfibras S.A.

— concessão do direito de captação de águas e do direito de despejo de águas utilizadas no rio Corumbataí a algumas indústrias químicas.

— compromisso de intercessão do poder executivo local junto a empresas públicas (FEPASA, TELESP, CESP, etc.) para agilização do processo de obtenção de um serviço pretendido (por exemplo, um ramal ferroviário ou um telefone).

Certamente tais medidas dotaram o município de maior poder de atração; até que ponto, no entanto, elas explicam a aceleração ocorrida no ritmo da industrialização? Antes da análise da atuação dos fatores locais e da argumentação lógica em favor da ideia central do trabalho, torna-se necessário o exame da expansão verificada e das mudanças ocorridas na estrutura industrial rioclarensense durante a fase “dinâmica”.

3.1. O Crescimento e as Alterações Estruturais — Levando-se em consideração a evolução do número de pessoal ocupado, a *expansão industrial ocorrida na fase “dinâmica” é indiscutível*: de 3.963 pessoas ocupadas em 1970 passou-se para 7.016 em 1975, para 8.777 em 1980 e para 9.350 em 1984 (Quadro 4); em números relativos, a expansão verificada na década 1970-1980 foi de 121,47% e a compreendida no período 1970-1984 foi de 135,93%, taxas muito superiores às registradas em qualquer período anterior²³.

A expansão do número de pessoal ocupado resultou essencialmente do crescimento das grandes e médias unidades preexistentes e do surgimento de novos estabelecimentos, dos quais uma parte expressiva tinha 6 ou mais pessoas ocupadas e, destes, muitos eram de médio e grande porte (50 a 100 e mais de 100 pessoas ocupadas, respectivamente). Tais afirmações baseiam-se em dados obtidos através da pesquisa direta: de 118 estabelecimentos com 6 ou mais pessoas ocupadas (91 que formavam o estrato — base da pesquisa e os demais escolhidos aleatoriamente, de acordo com a boa vontade demonstrada em informar a data de instalação), 52 surgiram após 1969 (Figura 2); através de outro agrupamento, que reuniu os 25 maiores estabelecimentos existentes em 1984, segundo o pessoal ocupado, constatou-se que 14 deles surgiram na fase “dinâmica”, 9 são remanescentes da fase “tradicional” e 2 o são da fase “pioneira” (Quadro 9)²⁴.

²³ Os dados referentes ao ano de 1984 foram utilizados para a comparação com aqueles do começo da fase “dinâmica” (1970) por que eram os mais recentes por ocasião do início deste trabalho, não significando aquela data o término da citada fase. Embora haja indícios de que em 1985 e 1986 o ritmo de expansão industrial tenha diminuído, seria prematura qualquer suposição sobre o surgimento de nova fase na industrialização rioclarensense.

²⁴ Os cinco maiores estabelecimentos, segundo a mesma variável, são unidades industriais herdadas das fases “pioneira” e “tradicional”: as oficinas da FEPASA, a Cervejaria Skol-

Enquanto o surgimento de novos estabelecimentos se caracterizava pela alta proporção de unidades médias e grandes, muitos pequenos estabelecimentos desapareciam, e assim no período 1970-1984 a expansão do número de estabelecimentos (12,01%) foi bem menos acelerada que a do número de pessoal ocupado, o que indica concentração técnica da produção.

Os gêneros que registraram as maiores taxas de crescimento no período foram “material de transporte” (1.145,23%), “produtos de matérias plásticas” (753,00%), “mecânica” (524,00%), “metalúrgica” (215,89%), “mobiliário” (140,68%), “produtos alimentares” (108,91%) e “bebidas” (104,45%). A maior expansão relativa ocorreu pois nos gêneros “dinâmicos”, fato inédito na evolução industrial do município e que provocou alterações na hierarquia dos gêneros segundo o número de pessoal ocupado.

Do exposto até aqui, evidencia-se que a fase dinâmica não se caracterizou apenas pela aceleração do crescimento industrial, mas também por importantes alterações ocorridas na estrutura da indústria local,

Na estrutura por gêneros, os “dinâmicos” conquistaram importantes posições hierárquicas. Assim, se no começo da fase “dinâmica” (1970), os gêneros mais importantes quanto à mão-de-obra ocupada eram os “tradicionalistas” (bebidas, produtos alimentares, minerais não metálicos e têxtil), em 1980 os “dinâmicos” neles já se incluíam (produtos alimentares, minerais não metálicos, produtos de matérias plásticas e material de transporte). (Quadro 4). Em 1984, entre os seis gêneros mais importantes, três eram “motrizes” (material de transporte, química, produtos de matérias plásticas). Isto indica que, enquanto alguns gêneros “tradicionalistas” se expandiram e conseguiram manter sua posição privilegiada (produtos alimentares, bebidas, minerais não metálicos), alguns “motrizes” saíram de uma posição de desvantagem absoluta para uma situação de destaque. Esta ascensão a nível local mostrou-se coerente com a evolução do quadro econômico-industrial do país ocorrida após 1968: houve um nítido processo de concentração de renda em benefício dos grupos sociais de rendas médias e altas, garantindo a manutenção do mercado em níveis elevados para as indústrias “motrizes”, que constituíam a base do movimento de expansão do desenvolvimento econômico brasileiro e apresentavam taxas elevadas de crescimento (Bresser Pereira, 1985: 198-202).

Entre os gêneros “dinâmicos”, alguns merecem exame mais acurado.

O gênero “material de transporte” que, como se destacou anteriormente, não exercia no município a função de “motriz”, passou a fazê-lo. O cresci-

Caracu, a fábrica de balas São João, a Cianê (antiga Matarazzo), e a Indústria de Bebidas Tatuinho — 3 Fazendas. Quanto ao valor adicionado pela produção industrial, segundo dados da Prefeitura Municipal para o exercício de 1982, o primeiro lugar era detido pela Ocfibras, com quase o dobro do valor da segunda colocada, a Indústria de Bebidas Tatuinho — 3 Fazendas, vindo em seguida a Uniroyal do Brasil, a Cervejaria Skol-Caracu e a I.C.I. do Brasil.

mento relativo do número de pessoal ocupado que apresentou no período foi muito elevado, 1.145,23%, e faz supor que no pequeno total de pessoas ocupadas pelo gênero em 1970 não estivessem incluídos os empregados das oficinas da FEPASA; independentemente deste fato, no entanto, novos estabelecimentos efetivamente “motrizes” surgiram, dentre os quais os maiores são uma grande unidade de produção de veículos (a Gurgel S.A.) e uma unidade média de produção de implementos rodoviários (a indústria São João S.A.), ambos resultantes de investimentos de capitais externos ao município.

O gênero “produtos de matérias plásticas”, inexistente em 1970, atingiu em 1984 os totais de 11 estabelecimentos e de 753 pessoas empregadas, ocupando o 6º lugar na hierarquia dos gêneros segundo o número de pessoal ocupado. Este é o ramo essencialmente implantado na fase “dinâmica”, através de estabelecimentos grandes (Tigre, Brazilian Plastic) e médios (Ladal, Sulplast, Ancel), voltados para a produção de embalagens plásticas, tubos e produtos de plástico reforçado. De todos os estabelecimentos citados, apenas o último é representativo de capitais locais.

No gênero “mecânica”, o crescimento do pessoal ocupado (524,00%) representou concentração, já que o número de estabelecimentos existentes foi levemente reduzido. Um único estabelecimento de grandes dimensões surgiu no período, a Mecânica Alfa S.A., voltada para a produção de máquinas para a construção civil e oriunda de capitais paulistanos.

Na metalurgia, gênero sem maior expressão em 1970, o crescimento ocorrido, embora elevado, (215,89%), não foi suficiente para alçá-lo a uma posição hierárquica de maior destaque. A expansão verificada deveu-se principalmente ao aumento de algumas unidades preexistentes e ao surgimento de muitos pequenos estabelecimentos. Com dimensões médias (50 a 100 pessoas ocupadas), a maior unidade de produção metalúrgica surgida no período enfocado foi a pertencente à John Crane do Brasil, subsidiária de uma empresa norte-americana, que foi transferida da área metropolitana de São Paulo e se dedica à fabricação de selos metálicos para vedação.

Para a indústria química, a expansão de 85,08% do pessoal ocupado foi suficiente para garantir-lhe o 5º lugar entre todos os gêneros listados. Enquanto pequenos estabelecimentos desapareciam, cinco novos surgiram, um de grandes dimensões (Uniroyal) e quatro de porte médio (Pennwalt, Aldoro, Nheel, Quarex), todos resultantes de capitais externos ao município, investidos isoladamente ou, no caso dos dois últimos citados, em associação com capitais locais.

Cabe ainda destacar o gênero “minerais não metálicos”, um dos mais importantes do município em toda a sua evolução industrial. Até 1969, como já foi salientado, tal ramo caracterizou-se exclusivamente como “tradicional” porque, ligado à produção de bens de consumo direto, não exercia efeitos de aglomeração e de junção. Em fins de 1969, no entanto, iniciou suas atividades uma grande unidade de produção de fibra de vidro, subsidiária de uma em-

presa norte-americana²⁵. Esta indústria foi a primeira a desfrutar dos incentivos então oferecidos pelo poder local e representou a primeira inversão de capitais estrangeiros na indústria local após 1955. Tipicamente “motriz”, tal fábrica veio imprimir feições mistas ao gênero “minerais não metálicos” e, ao que tudo indica, exerceu algum efeito multiplicador na industrialização local: após ela, surgiram no município alguns estabelecimentos que utilizam a fibra de vidro como matéria-prima no fabrico de plásticos reforçados (Gurgel, Tigre, Sulplast, Ancel, e outros de pequenas dimensões). Na pesquisa direta, algumas destas empresas negaram a existência de qualquer ligação genética entre seus estabelecimentos e a unidade produtora de fibras de vidro, enquanto as duas maiores, a Gurgel e a Tigre, identificaram as ligações de matéria-prima com a Ocfibras como um dos fatores locacionais que condicionaram sua implantação em Rio Claro.

O gênero “minerais não metálicos” foi ainda ampliado, na década de 70, com a instalação da Coban S.A., fabricante de material cerâmico para instalações industriais e subsidiária de uma empresa norte-americana.

Entre os gêneros “tradicional” mais importantes, a grande expansão do pessoal ocupado ocorreu simultaneamente com a redução, maior ou menor segundo o caso, do número de estabelecimentos. Tal processo foi sensível na indústria de produtos alimentares; nela, a expansão do pessoal ocupado no período em questão (108,91%) permitiu-lhe subir do 2º para o 1º lugar na hierarquia por gêneros. A expansão ocorreu, no entanto, basicamente nos grandes estabelecimentos (Balas São João, Fricock, Usina Santana²⁶) e em outros de médio porte preexistentes. Não houve inovação quanto aos grupos de produção, nenhum grande estabelecimento surgiu. Pequenas unidades desapareceram, e assim o número total de estabelecimentos do gênero diminuiu.

No gênero “bebidas”, ocorreu o mesmo processo, gerando, no entanto, maior concentração devido ao pequeno número de estabelecimentos existentes; pequenas unidades fecharam, enquanto as grandes expandiram muito o número de pessoal ocupado. Nele, no entanto, surgiu uma grande unidade de engarrafamento de aguardente, a Villa Velha Comércio e Indústria de Bebidas Ltda., oriunda de capitais locais.

Foi o gênero “mobiliário” que apresentou a maior taxa de crescimento entre os “tradicional”, 140,68%. Dada sua pequena expressividade anterior, entretanto, sua posição na hierarquia industrial dos gêneros segundo o pessoal ocupado caiu do 9º para o 10º lugar. A concentração técnica também o caracterizou, assim como o surgimento, em 1974, de um estabelecimento de grande porte, a Ludival Móveis Ltda., de capitais locais.

²⁵ O produto desta fábrica, a fibra de vidro, constitui matéria-prima utilizada na fabricação de 38.000 diferentes produtos industriais.

²⁶ Esta usina foi desativada em 1985.

Entre os gêneros “tradicionais” que apresentaram expansão do número de estabelecimentos e do pessoal ocupado, o mais importante é o de vestuário, calçados e artefatos de tecidos. Apesar da expansão, caiu do 5º para o 7º lugar na hierarquia dos gêneros. Se o grupo de calçados mostrou-se decadente, como anteriormente foi destacado, o de confecções masculinas e femininas, especialmente de calças de jeans, conheceu plena expansão; geralmente tais estabelecimentos não têm marca própria e prestam seus serviços para empresas de maior porte, principalmente de São Paulo. O maior estabelecimento do gênero, Confecções Isabela, de capitais locais, surgiu na fase “dinâmica”.

O gênero têxtil teve um desempenho singular, que merece ser analisado. Um dos ramos mais importantes durante a fase “tradicional”, quarto colocado em 1970 quanto ao número de pessoal ocupado, tem se mostrado decadente na fase “dinâmica”. De 11 estabelecimentos existentes em 1970, que empregavam 569 pessoas, hoje restam 3 ocupando 483 empregados: a antiga fábrica da Matarazzo, hoje incorporada à Cia. Nacional de Estamparia — Cianê, uma pequena tecelagem que faz serviços a facção para empresas de Americana e uma pequena fábrica de meias²⁷. Encerraram suas atividades na fase “dinâmica”, entre outras, a antiga fábrica Saad, a pequena tecelagem Maristela, um estabelecimento de fiação de ataduras de crepe, transferido para o vizinho município de Ipeúna, e a Têxtil Jasp S.A., que chegou a ter 300 teares e foi depois transferida para Cosmópolis.

Enquanto oito estabelecimentos eram desativados no município, o maior de todos, hoje pertencente à Cianê, mantinha suas atividades e, a partir de 1982, expandia-as continuamente, em função da favorabilidade das conjunturas internacional e nacional, a ponto de responsabilizar-se, em 1984, por um número de empregados pouco inferior aquele ocupado por todo o gênero em 1970. O ramo têxtil conheceu, portanto, na fase “dinâmica”, retração em seu conjunto (caindo para 8º lugar na hierarquia dos gêneros segundo o número de pessoal ocupado), concentração técnica e expansão a nível da maior unidade existente.

Algumas causas da retração ocorrida podem ser identificadas:

— falta de mão-de-obra especializada. Como a escola local do SENAI especializou-se na formação de pessoal para o setor ferroviário e para a indústria mecânica, faltaram técnicos para o gênero têxtil. De outro lado, as indústrias menores formavam mão-de-obra que, quando devidamente treinada, era atraída pela fábrica da Matarazzo.

— falta de algumas etapas na cadeia técnica da produção têxtil, ou seja, a necessária integração técnica do gênero não se realizava a nível local. Havia muitas tecelagens, enquanto lacunas existiam nos setores de fiação, engo-

magem, estamparia e tinturaria. A nível de estabelecimento, só a fábrica da Matarazzo era integrada.

— falta de uma infra-estrutura de apoio, representada por lojas especializadas em assistência técnica e na venda de máquinas têxteis e de peças para reposição.

— a concorrência estabelecida pelo centro têxtil de Americana, o maior do Estado, situado a 70 km. de distância e que, além da perfeita integração técnica a nível local, possui eficiente infra-estrutura de apoio, exercendo influência regional.

Todos os gêneros existentes, “dinâmicos” e “tradicionais”, e seus respectivos valores absolutos e relativos quanto a três variáveis (número de estabelecimentos, pessoal ocupado e capital investido na indústria) estão demonstrados no Quadro 5.

Além da ascensão dos gêneros “dinâmicos” e das conseqüentes alterações ocorridas na composição por gêneros, outra mudança estrutural caracterizou a fase “dinâmica”. Como se viu, a expansão do número de pessoal ocupado foi muito mais acelerada do que a do número de estabelecimentos, ocorrendo pois concentração técnica da produção, que pode ser avaliada através da evolução da média de pessoal ocupado por estabelecimento (Quadro 6). Em 1970, este índice era de 11,06 pessoas ocupadas por estabelecimento, e em 1984 chegou a 23,31 pessoas ocupadas por unidade industrial. A análise por gêneros revela que a maior elevação da média de pessoal ocupado por estabelecimento, portanto maior concentração, ocorreu na indústria de bebidas, na têxtil, na de material de transporte e, em menor escala, na química e na mecânica. A concentração técnica pode ser considerada como um processo genérico, que afetou praticamente todo o conjunto da atividade industrial, pois apenas dois gêneros pouco expressivos (madeira e editorial e gráfica) não a apresentaram.

A concentração ocorrida provocou alterações na estrutura dimensional dos estabelecimentos, com as pequenas unidades, que formavam a maioria absoluta, cedendo espaço para as médias e grandes, cuja expansão foi acelerada no período. Na falta de dados completos que permitissem avaliar as mudanças ocorridas no período em questão, determinou-se a estrutura dimensional dos estabelecimentos para o ano de 1984 (Quadro 7), o que poderá viabilizar futuras análises evolutivas da concentração verificada. A situação existente em 1984 indicava que, enquanto os estabelecimentos muito pequenos (0 a 5 pessoas ocupadas) representavam 62,10% do total existente e empregavam apenas 5,48% do total de pessoas ocupadas, os muito grandes eram apenas dois e se responsabilizavam por 13,82% do total de pessoal ocupado. Os grandes estabelecimentos (101 a 500 pessoas ocupadas) formavam a classe dimensional que detinha a maior parcela (46,44%) do pessoal ocupado na indústria.

A distribuição dos estabelecimentos industriais por classes dimensionais, segundo os gêneros, pode ser assim definida (Quadro 8): os estabelecimentos

²⁷ Juntas, estas duas pequenas unidades empregavam 31 pessoas em 1984.

Fig. 3 - Procedência dos capitais investidos nos 25 maiores estabelecimentos industriais de Rio Claro - 1984 .

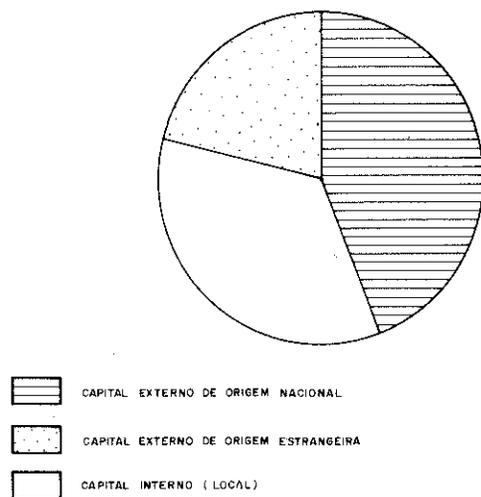
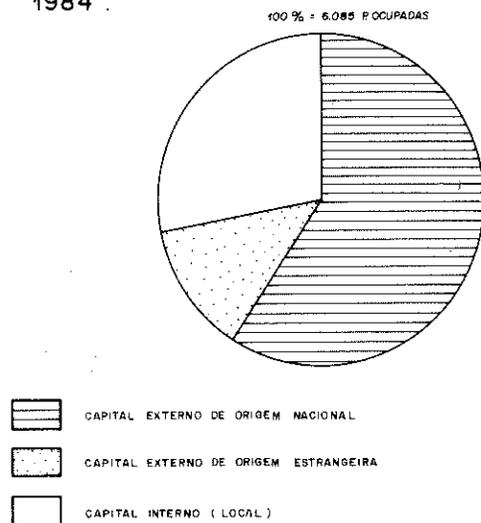


Fig. 4 - Emprego da mão de obra nos 25 maiores estabelecimentos industriais, segundo a procedência dos capitais - Rio Claro 1984 .



ORG. : S.S. SAMPAIO.

muito pequenos, majoritários no conjunto, predominam nos gêneros “minerais não metálicos”, “metalúrgica”, “produtos alimentares”, “vestuário, calçados e artefatos de tecidos”, “mobiliário”, “madeira”; os pequenos aparecem predominantemente nos gêneros “produtos alimentares”, “minerais não metálicos”, “metalúrgica”, “vestuário, calçados e artefatos de tecidos”, “madeira”, “mobiliário”, “editorial e gráfica” e nas indústrias extrativas; as grandes unidades de produção pertencem aos gêneros “metalúrgica”, “mecânica”, “minerais não metálicos”, “material de transporte”, “madeira”, “mobiliário”, “papel e papelão”, “química”, “produtos de matérias plásticas”, “produtos alimentares” e “bebidas”; os estabelecimentos muito grandes restringem-se aos gêneros “material de transporte” e “bebidas”.

Em resumo, pode-se afirmar que a expansão industrial no município rioclareense ocorreu simultaneamente com a concentração técnica, processo que tem se intensificado durante a fase “dinâmica” a ponto de definir uma estrutura dimensional dos estabelecimentos em que apenas 4,99% de todas as unidades de produção existentes, ou seja, aquelas correspondentes a estabelecimentos de dimensões grandes e médias, respondem por 60,26% do total de pessoal ocupado pelo conjunto industrial. De resto, tal processo se coaduna plenamente com a tendência ao gigantismo que tem caracterizado a evolução de muitos gêneros industriais, especialmente os “dinâmicos”, a nível mundial e nacional.

Por fim, cabe destacar outra alteração estrutural ocorrida após 1969, já subentendida através do que foi exposto até aqui e circunscrita à área financeira e administrativa. *Os capitais locais, dominantes durante a fase “tradicional”, tiveram reduzida sua participação relativa no conjunto da indústria em virtude da vigorosa afluência dos capitais externos ao município (de origem nacional e estrangeira) durante a fase “dinâmica”*: de 52 estabelecimentos com 6 ou mais pessoas ocupadas surgidos durante a citada fase, 22 empregavam 50 ou mais pessoas e, destes, 15 eram controlados por capitais externos. Estes passaram, portanto, a deter uma posição de destaque no conjunto da atividade industrial rioclareense e uma posição dominante no que se refere aos grandes e médios estabelecimentos.

Chegou-se a esta constatação através do levantamento, em pesquisa direta, da procedência dos capitais investidos nos 25 maiores estabelecimentos industriais do município, segundo a variável pessoal ocupado (Quadro 9). Tais informações, devidamente quantificadas, indicaram que, no citado estrato, a participação do capital local correspondia, em 1984, a 40% do total de estabelecimentos (10 unidades), a do capital estrangeiro a 16% (4 unidades) e a do capital externo de origem nacional a 44% (11 unidades) (Figura 3). Ainda entre os 25 maiores estabelecimentos industriais do município, as unidades controladas por capital externo de origem nacional empregavam 58,70% do total de pessoas ocupadas (3.572 pessoas), as pertencentes a capitais estrangeiros 13,36% do total (813 pessoas) e as detidas por capitais locais ocupavam

27,94% do total (1.700 pessoas) (Fig. 4). Evidencia-se pois que o capital externo ao município, de origem nacional e estrangeira, empregava em seus estabelecimentos, em 1984, um contingente de 4.385 pessoas, que representavam 72,06% do total de pessoal ocupado nos 25 maiores estabelecimentos e 46,89% do total de pessoas ocupadas no conjunto da indústria rioclarense (9.350 pessoas)²⁸.

A penetração dos capitais externos fez-se quase que exclusivamente através da instalação de novos estabelecimentos (isto ocorreu com 19 empresas de capital externo). A compra de estabelecimentos já existentes, pertencentes a capitais locais, ocorreu em poucos casos, coincidentemente restritos ao gênero "bebidas": a Indústria Reunidas de Bebidas Tatuzinho, controlada por um grupo financeiro de Piracicaba, adquiriu, na década de 70, a indústria de aguardente 3 Fazendas S.A.; nos últimos anos, a indústria de refrigerantes Casonatto, estabelecida desde os anos 30, foi vendida a empresários paulistanos, e a Villa Velha foi incorporada por um grupo empresarial de Catanduva (SP).

Atualmente (1987), não se pode afirmar que a fase "dinâmica" da industrialização rioclarense tenha terminado. No período 1981-1984, houve um nítido refluxo dos capitais externos, provavelmente conseqüência da crise da economia capitalista no início dos anos 80 e das incertezas da política econômica nacional. Após 1984, três unidades industriais de médio porte, oriundas da área metropolitana de São Paulo, foram instaladas no distrito industrial, enquanto cerca de seis empresas de capital externo, nacional e estrangeiro, nele apenas mantêm seus terrenos adquiridos na década de 70. Quanto aos capitais locais, continuaram a ser investidos quase que exclusivamente em pequenos estabelecimentos.

Definidas e dimensionadas (na medida do possível) a expansão e as principais mudanças que marcaram a evolução industrial rioclarense após 1969, cabe agora identificar os fatores intervenientes nesta industrialização, na busca da comprovação da idéia central aqui defendida.

3.2. A Definição dos Fatores Intervenientes — Da análise efetuada evidenciou-se a fundamental importância que a afluência de capitais externos ao município teve na deflagração e no desenvolvimento da fase "dinâmica". No crescimento industrial ocorrido, na expansão dos gêneros "dinâmicos", na proliferação de grandes e médios estabelecimentos, na mudança verificada na

Quadro 5
ATIVIDADE INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO — 1984

Indústria de transformação	Número de estabelecimentos		Pessoal ocupado		Capital investido na indústria (Cr\$ 1.000)	
	Nº absoluto	Participação no total (%)	Nº absoluto	Participação no total (%)	Nº absoluto	Participação no total (%)
Gêneros industriais						
Minais não Metálicos	91	22,69	868	9,28	1.521.727 ³	2,66
Metalúrgica	49	12,22	477	5,10	142.632	0,25
Mecânica	12	2,99	312	3,34	133.635	0,23
Material Elétrico e Comunicações	6	1,50	44	0,47	980	—
Material de Transporte	9	2,24	1.046	11,19	854.570	1,49
Madeira	20	4,99	235	2,51	43.215	0,08
Mobiliário	24	5,99	349	3,73	242.677	0,42
Papel e Papelão	3	0,75	216	2,31	66.300*	0,11
Borracha	1	0,24	85	0,91	—	—
Couro, Peles e Similares	7	1,75	98	1,05	12.382	0,02
Química	10	2,49	810	8,66	41.902.004*	73,13*
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	1	0,25	5	0,05	—	—
Perfumaria, Sabões e Velas	1	0,25	1	0,01	—	—
Matérias Plásticas	11	2,74	753	8,05	111.900	0,20
Têxtil	3	0,75	483	5,17	1.738.571*	3,03*
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	45	11,22	671	7,18	24.390	0,04
Produtos Alimentares	59	14,71	1.218	13,03	1.686.485	2,94
Bebidas	6	1,50	1.194	12,77	8.246.959*	14,39*
Editorial e Gráfica	20	4,99	144	1,54	44.236	0,08
Diversas	4	1,00	56	0,60	838*	—*
Totais Indústria de Transformação	382	95,26	9.065	96,95	56.773,51	99,08
Indústria Extrativa	19	4,74	285	3,05	526.715*	0,92*
Totais gerais	401	100,00	9.350	100,00	57.300.216	100,00

Fontes dos dados: Cadastros da Prefeitura Municipal e da Delegacia Regional da CIESP-FIESP.
* Estão incluídos todos os estabelecimentos do gênero. No total, foram computados os capitais investidos em 360 estabelecimentos.

estrutura financeira e administrativa, a atuação dos capitais externos foi decisiva, e sem eles certamente outro tipo de evolução industrial ocorreria.

²⁸ Obviamente esta participação deve ser mais expressiva se a análise for estendida a todos os estabelecimentos industriais existentes.

Definido um fator essencial da industrialização recente, cabe agora perguntar: Por que os capitais externos foram direcionados para Rio Claro? Quais fatores tiveram maior atuação neste processo, os endógenos ou os exógenos?

A definição das causas da escolha de Rio Claro pelos capitais externos era fundamental e para este objetivo se direcionou parte do questionário aplicado. Através de pesquisa direta constatou-se que 19 estabelecimentos, oriundos de capitais externos, foram instalados no município após 1969. Entre eles, um representou a expansão física de uma empresa norte-americana, que investiu direta e unicamente em Rio Claro, e 2 resultaram de capitais oriundos respectivamente de Minas Gerais e de São Pedro, município próximo ao rio-clarense; os outros 16 tiveram sua implantação vinculada à difusão industrial ocorrida a partir do pólo paulistano, sendo 12 deles pertencentes a empresas de capital nacional e 4 detidos por capitais estrangeiros.

Dos 16 estabelecimentos citados, 7 (exatamente os maiores) pertencem a empresas (4 estrangeiras e 3 nacionais) que mantiveram suas sedes em São Paulo e, no caso das estrangeiras, ainda no país de origem; a instalação em Rio Claro representou para elas, portanto, expansão física. Outros 5 estabelecimentos (a maioria de médias dimensões, com 50 a 100 pessoas ocupadas) pertencem a empresas para as quais a implantação em Rio Claro significou transferência total da sede e da unidade de produção anteriormente localizadas na área metropolitana de São Paulo; nos 4 estabelecimentos restantes, pessoas de origem paulistana, detentoras de capital, iniciaram atividades empresariais, isoladamente ou em associações com capitais locais.

Aos 19 estabelecimentos citados, oriundos de capitais externos, formulou-se a questão "Qual foi o principal fator responsável pela localização do estabelecimento em Rio Claro? Quais foram os fatores secundários?" A pergunta era aberta e as respostas obtidas estão resumidas no Quadro 10.

A análise da citada tabela revela que dos 16 estabelecimentos gerados por capitais difundidos a partir da metrópole paulistana, 50% identificaram como principal fator de sua localização a "posição geográfica" de Rio Claro, 12,50% citaram a "localização (do município) em região industrial", outros 12,50% privilegiaram os "incentivos da Prefeitura Municipal", enquanto a "boa qualidade de vida", a "existência de distrito industrial" e a "disponibilidade de mão-de-obra barata e abundante" foram fatores apontados, cada um, por 6,25% dos estabelecimentos. Como fatores secundários ou coadjuvantes para a definição locacional foram apontados "a existência de distrito industrial" (12,50% do total) e a "mão-de-obra especializada", a existência de "infra-estrutura pública", a existência de "matérias-primas", a "simpatia pela cidade", cada um com 6,50% do total de respostas.

Os dois únicos estabelecimentos gerados por capitais externos nacionais não oriundos da área metropolitana paulista apontaram como principal fator locacional, respectivamente, a "posição geográfica" do município e a existência de "mão-de-obra barata e abundante". Como fatores secundários foram

Quadro 6
EVOLUÇÃO DA MÉDIA DE PESSOAL OCUPADO POR ESTABELECIMENTO, SEGUNDO O GÊNERO INDUSTRIAL
MUNICÍPIO DE RIO CLARO, SP — 1970/1984

<i>Indústria de Transformação</i>	<i>Média do pessoal ocupado</i>			
	1970	1975	1980	1984
<i>Gêneros Industriais</i>				
Minerais não Metálicos	6,92	8,59	11,94	9,53
Metalúrgica	5,03	9,44	11,53	9,73
Mecânica	3,84	18,10	28,30	26,00
Material Elétrico e Comunicações	3,33	6,57	33,50	7,33
Material de Transporte	12,00	96,83	101,10	116,22
Madeira	12,21	13,39	20,11	11,75
Mobiliário	5,80	9,21	14,88	14,54
Papel e Papelão	—	—	—	72,00
Borracha	—	—	—	85,00
Couros, Peles e Similares	4,25	—	—	14,00
Química	31,14	27,38	22,92	81,00
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	—	—	—	5,00
Perfumaria, Sabões e Velas	—	—	—	1,00
Produtos de Matérias Plásticas	—	22,90	156,33	68,45
Têxtil	51,72	104,10	75,00	161,00
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	10,42	9,74	18,64	14,91
Produtos Alimentares	8,21	13,26	20,63	20,64
Bebidas	58,40	78,72	67,00	199,00
Editorial e Gráfica	7,72	9,50	7,41	7,20
Diversos	3,40	9,25	13,14	14,00
Médias na Indústria de transformação	11,26	18,04	25,54	23,73
Indústria Extrativa	2,75	9,47	7,75	15,00
Médias Gerais	11,06	16,90	24,44	23,31

Fontes dos dados originais: Censos Econômicos e Industriais de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975 e 1980.

Cadastros da Prefeitura Municipal e Delegacia Regional da FIESP — CIESP — 1984.

citados a “localização em região industrial” e a existência de “matérias-primas”. O único estabelecimento gerado diretamente por capitais estrangeiros identificou como principal fator de sua localização a “posição geográfica” do município e, como fator secundário, sua “localização em região industrial”.

No conjunto, constata-se que os fatores econômico-geográficos (posição geográfica do município, localização em região industrial) e os simplesmente econômicos (incentivos da Prefeitura, mão-de-obra barata e abundante) tiveram atuação dominante nas decisões locacionais, pois responderam por 81,25% delas, enquanto um fator socio-ambiental (qualidade de vida) e um fator subjetivo (“simpatia” pela cidade) exerceram influência secundária ou mesmo mínima.

Isoladamente, o fator mais apontado como principal responsável pelas decisões locacionais foi a “posição geográfica” do município, seguido à distância pelos fatores “localização em região industrial” e “incentivos da Prefeitura”. Para manter a máxima fidelidade às respostas obtidas, cada fator diferente (ou enunciado de forma diversa) foi tratado estaticamente como uma unidade; no entanto, a análise detalhada de cada resposta mostrou que a posição geográfica de Rio Claro foi considerada boa pelos empresários por estar o município “próximo a São Paulo”, no “centro do Estado”; em “importante região industrial”, junto a “importantes vias de transportes”, especialmente o rodoviário. Como se percebe, o fator “posição geográfica” incorpora outros, como a acessibilidade a meios de transportes e a localização em região industrial, que por sua vez encerra a possibilidade de estabelecimento de ligações (links) inter-industriais, além do eventual benefício de outras economias de aglomeração. Assim, pode-se perfeitamente considerar o fator “localização em região industrial”, mais restrito, como um componente do fator “posição geográfica”, mais amplo e complexo. Segundo tal raciocínio, o fator decisivo para 62,50% dos estabelecimentos oriundos da área metropolitana que escolheram Rio Claro para sua interiorização teria sido a localização geográfica do município; fatores endógenos, como incentivos da Prefeitura, existência de distrito industrial, mão-de-obra abundante e barata, teriam sido decisivos para a minoria das empresas²⁹.

Os resultados obtidos de forma empírica parecem pois corroborar a idéia central aqui exposta. A ativação da industrialização rioclaresense após 1969 não constituiu um fenômeno isolado, gerado por forças endógenas, como o que ocorreu na fase “pioneira” e mesmo, em grande parte, até 1950-1960; na realidade, trata-se de um processo local plenamente vinculado e articulado com processos mais amplos, como a aceleração da industrialização brasileira, a

²⁹ O baixo grau de importância relativa atribuído ao fator “incentivos da Prefeitura” (ou influência do poder público) aparece perfeitamente coerente com aquele constatado por Azzoni (1985a: 228) para o mesmo fator.

Quadro 7
ESTRUTURA DIMENSIONAL DOS ESTABELECEMENTOS
INDUSTRIAIS, SEGUNDO O PESSOAL OCUPADO — RIO CLARO/1984

	Classes dimensionais (segundo o pessoal ocupado)		Total do nº de estabelecimentos	Participação no total geral (%)	Total do pessoal ocupado	Participação no total geral (%)
	muito pequenos	0 a 5	249	62,10	513	5,48
pequenos	6 a 20	75	18,70	820	8,77	
médios	21 a 50	42	10,47	1.215	12,99	
	51 a 100	15	3,74	1.168	12,50	
grandes	101 a 200	9	2,24	1.309	14,00	
	201 a 300	4	1,00	960	10,27	
	301 a 400	2	0,50	698	7,46	
muito grandes	401 a 500	3	0,75	1.375	14,71	
	mais de 500	2	0,50	1.292	13,82	
<i>Totais gerais</i>			401	100,00	9.350	100,00

Fontes dos dados: Cadastros da Prefeitura Municipal e Delegacia Regional da FIESP — CIESP. Pesquisa Direta.

abertura às exportações e aos investimentos estrangeiros, a concentração da indústria na área metropolitana de São Paulo e a posterior descentralização para o interior.

A este último processo vincula-se o conceito de “campo aglomerativo” exposto por Azzoni (1985b), que embasa a idéia central do trabalho e incorpora a noção weberiana das forças ou economias de aglomeração. Quando, nos anos 60, a metrópole paulistana começou a emitir sinais de congestionamento e as empresas industriais iniciaram a descentralização, em escala macro-econômica foi o espaço compreendido em um raio de até 200-250 kms de distância da capital que constituiu a principal área de atração, em um típico processo de “desconcentração concentrada”. Obviamente, o fator distância foi decisivo, mas na realidade ele atuou intidamente associado a outros: no citado espaço situam-se as duas principais regiões industriais do interior do Estado (a da Baixada Anhanguera e a do eixo São Paulo-Rio), que, à exceção da área metropolitana, apresentam a mais densa malha urbana do território paulista, na qual se concentram as cidades mais populosas e mais industrializadas do Estado. Uma vez determinada a região para a localização industrial, o processo de escolha foi vinculado a níveis espaciais mais restritos e, em uma primeira fase, foram privilegiadas as cidades melhor equipadas e já relativamente industrializadas (Campinas, Jundiá). Quando estas já apresentavam uma relativa alta concentração industrial, cidades hierarquicamente inferiores, mas sobretudo próximas, passaram a ser escolhidas para receber

as novas unidades industriais que se implantavam: foi neste contexto e momento (fim dos anos 60) que Rio Claro, cidade média, com relativa boa infra-estrutura de serviços e parque industrial pouco desenvolvido — condição esta que pouco viabilizava o estabelecimento de “linkages” locais mas que, de outro lado, sugeria disponibilidade de mão-de-obra — foi alcançada pela “onda industrializante”, que da área metropolitana continuava a se espalhar pelo interior, e nova fase de sua industrialização foi deflagrada.

Os fatores que exerceram atuação dominante na ativação da industrialização ocorrida após 1969, ou seja, os decisivos para a ocorrência da fase “dinâmica”, teriam sido, portanto, a “onda industrializante” (ou a entrada de capitais externos) e a posição geográfica do município que, entre outros aspectos, responde pela sua inserção na mais importante região industrial do interior e conseqüentemente faz com que ele se beneficie das forças de atração emanadas por este “campo aglomerativo”. Conseqüentemente, foi em função da atuação dos citados fatores exógenos que as forças internas de atração puderam — em uma ação a eles conjugada mas decisivamente menos importante — exercer sua influência, fossem aquelas existentes em potencial (mão-de-obra), fossem as decorrentes da ação orientadora, normativa e planejadora do poder local (incentivos fiscais e financeiros, infra-estrutura pública, distrito industrial).

V — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto ficou na dependência de forças internas, a industrialização de Rio Claro caracterizou-se como processo pouco vigoroso, o que pode ser explicado por um conjunto de fatores, entre os quais avulta a pequena acumulação de capital existente no município. Assim, especialmente durante a fase “tradicional”, ficou a atividade industrial incapacitada de promover o desenvolvimento econômico rioclarense em proporções compatíveis, a nível local, com o crescimento da população e, a nível regional, com a expressiva expansão econômico-industrial que caracterizou a evolução de alguns municípios vizinhos.

Foi a atuação de forças externas, especialmente a afluência de capitais, que desencadeou a fase “dinâmica”. Teria, no entanto, a tão almejada ativação industrial ocorrida após 1969 resolvido os problemas econômicos de Rio Claro? Decadente ou não, a citada fase já enseja uma reflexão avaliadora, um questionamento de seus custos e benefícios.

Indubitavelmente a expansão industrial teve efeitos positivos. O valor adicionado pela transformação industrial assinalou acentuado crescimento, a arrecadação municipal foi amplamente fortalecida, a oferta de emprego (industrial e de outras naturezas) ampliou-se, atingindo, pelo menos até a recessão de 1981-1983, um relativo equilíbrio com o crescimento demográfico; em relação ao contexto regional, se a industrialização não foi intensa a ponto de alçar o município aos postos mais elevados da hierarquia industrial, pelo menos foi suficiente para garantir a manutenção de suas posições anteriores.

Quadro 8
ESTRUTURA DIMENSIONAL DOS ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS, POR GÊNEROS, SEGUNDO O PESSOAL OCUPADO, RIO CLARO — 1984

Classes dimensionais (segundo o pessoal ocupado)	Indústria de transformação													Indústria extrativa							
	Gêneros industriais																				
	Min. não met.	Meia-lít. gita	Mat. Me- câ- nica	Mat. elet e com.	Mat. trans- porte	Ma- dêi- ra	Ma- mó- bil. lí- rio	Papel e Pa- ra- pe- lã- o	Bor- ra- cha	Coa- ro, pe- les e sim. ca	Qui- mi- ca e vet	Qui- mi- ca e vet	Perf. sub- stâncias e ma- te- rias plás- ticas	Têx- til	Têx- til e art. têc.	Vest. e calç.	Prod. alim.	Be- bi- das	Edi- e grá- ficas	Di- ver- sos	
0 a 5	73	37	4	5	3	13	16	—	—	4	2	1	1	5	—	27	34	1	12	2	9
6 a 20	8	7	5	—	1	6	6	1	—	1	1	—	—	—	2	7	16	1	6	1	6
21 a 50	8	2	2	1	2	—	1	1	—	1	3	—	—	1	—	7	6	1	2	1	3
51 a 100	1	2	—	—	1	—	—	—	1	1	1	—	—	3	—	4	—	—	—	—	1
101 a 200	—	1	1	—	—	1	—	1	—	—	1	—	—	1	—	—	2	1	—	—	—
201 a 300	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
301 a 400	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
401 a 500	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
mais de 500	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—

Fontes dos dados: Cadastros da Prefeitura Municipal e Delegacia Regional da FIESP-CIESP Pesquisa Direta.

Quadro 9
 MAIORES INDÚSTRIAS DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO EM 1984:
 PESSOAL OCUPADO, DATAS DE INSTALAÇÃO E PROCEDÊNCIA
 DOS CAPITAIS

<i>Estabelecimentos e/ou empresas</i>	<i>Pessoal ocupado em 1984</i>	<i>Data de instalação</i>	<i>Procedência dos capitais</i>
1. Oficinas da FEPASA	705	1892	Ext. Nacional
2. Cervejarias Reunidas Skol-Caracu S.A.	587	1899	Ext. Nacional
3. Fábrica de Balas São João Ltda.	480	1948	Local
4. Cia. Nacional de Estamparia — Cianê	465	1939	Ext. Nacional
5. Indústrias Reunidas de Bebidas Tatuizinho — 3 Fazendas S.A.	430	1957	Ext. Nacional
6. Tubos e Conexões Tigre S.A.	381	1975	Ext. Nacional
7. Ocfibras Limitada	317	1969	Estrangeiro
8. Gurgel S.A. Indústria e Comércio de Veículos	272	1969	Ext. Nacional
9. I.C.I. do Brasil — Quimanil	260	1955	Estrangeiro
10. Ludival Móveis Ltda.	220	1974	Local
11. Prema — Tintas e Preservação de Madeira S.A.	208	1936	Ext. Nacional
12. Brazilian Plastic Indústria e Comércio Ltda.	188	1979	Ext. Nacional
13. Cia. Manufactureira de Papel — COMAPA	184	1960	Local
14. Usina Santana S.A. — Açúcar e Alcool	178	1947	Local
15. Mecânica Alfa S.A.	170	1974	Ext. Nacional
16. Uniroyal do Brasil S.A. Indústrias Químicas	141	1976	Estrangeiro
17. Artepan — Artefatos de Madeira Ltda.	131	1976	Local
18. Fricock Frig. Indústria e Comércio Ltda.	109	1964	Local
19. Villa Velha — Comércio e Indústria de Bebidas	107	1974	Local
20. Fischer Indústria Mecânica Ltda.	101	1957	Local
21. Confecções Isabela	100	1974	Local
22. John Crane do Brasil	95	1984	Estrangeiro
23. I.C. Schlitter — Confecções	90	1974	Local
24. Pennwalt S.A.	85	1975	Ext. Nacional
25. Indústria de Implementos Rodoviários S. João Ltda.	81	1970	Ext. Nacional

Fonte dos dados: Pesquisa Direta.

A ativação industrial foi ainda o ponto de partida para o desenvolvimento integrado de outros setores da economia, especialmente do terciário e, nele, da atividade comercial, amplamente fortalecida e diversificada com a instalação de lojas pertencentes a empresas de âmbito nacional e estadual e com o surgimento de casas especializadas em artigos antes não disponíveis na cidade. Simultaneamente ao desenvolvimento generalizado, ocorreu a expansão populacional (110.212 hab. em 1980), devida ao crescimento vegetativo e à entrada

Quadro 10
 FATORES QUE INFLUÍRAM NA LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS
 INDUSTRIAIS NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO, APÓS 1969

<i>Fatores</i>	<i>Capitais externos ao município</i>											
	<i>Estabelecimentos gerados por capitais (nacionais e estrangeiros) difundidos a partir da área metropolitana de São Paulo</i>				<i>Estabelecimentos gerados por capitais nacionais oriundos de outras cidades e Estados</i>				<i>Estabelecimentos gerados por capitais estrangeiros investidos diretamente</i>			
	<i>Fator principal de localização</i>		<i>Fatores secundários</i>		<i>Fator principal de localização</i>		<i>Fatores secundários</i>		<i>Fator principal de localização</i>		<i>Fatores secundários</i>	
	<i>Estabelecimentos</i>	<i>% do Total</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>% do Total</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>% do Total</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>% do Total</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>% do Total</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>% do Total</i>
Posição Geográfica	1	50,00	—	—	8	50,00	—	—	1	100,00	—	—
Localização em Região Industrial	—	—	1	50,00	2	12,50	—	—	—	—	1	—
Incentivos da Prefeitura	—	—	—	—	2	12,50	—	—	—	—	—	—
Qualidade de Vida	—	—	—	—	1	6,25	1	6,25	—	—	—	—
Existência de Distrito Industrial	—	—	—	—	1	6,25	2	12,50	—	—	—	—
Mão-de-Obra Barata e Abundante	1	50,00	—	—	1	6,25	1	6,25	—	—	—	—
Mão-de-Obra Especializada	—	—	—	—	—	—	1	6,25	—	—	—	—
Infra-Estrutura Pública (água, energia, etc.)	—	—	—	—	—	—	1	6,25	—	—	—	—
Matérias-Primas "Simpatia" pela Cidade	—	—	1	50,00	—	—	1	6,25	—	—	—	—
Não Especificaram	—	—	—	—	1	6,25	8	50,00	—	—	—	—
<i>Total de Estabelecimentos</i>	16	100,00	16	100,00	2	100,00	2	100,00	1	100,00	1	100,00

Fonte dos dados: Pesquisa Direta.

de imigrantes, e o conseqüente crescimento da área urbana, estendida para muito além de seus limites anteriores, especialmente no sentido norte.

Tudo isto ocorreu, entretanto, sem um planejamento global, que projetasse e articulasse a maior oferta de emprego com a expansão ordenada do corpo urbano, ou a maior concentração de fábricas com o uso adequado do meio ambiente. Desta forma, os efeitos indesejáveis do desenvolvimento não se fizeram esperar, e comprometem sobretudo a qualidade de vida rioclarenses: a condição de cidade tranqüila, "ideal para se viver", foi bastante afetada; no centro comercial e financeiro, o congestionamento (de atividades, de pessoas e veículos) já incomoda; a especulação imobiliária é intensa; bairros novos proliferam, principalmente os de população de baixa renda, sem a necessária infra-estrutura pública; o número de marginalizados sociais é crescente, os índices de criminalidade têm apresentado fortes elevações. A poluição ambiental, embora não seja alarmante, já é bastante sensível e ocorre principalmente pela contaminação

de águas fluviais por efluentes industriais, fato agravado pela inexistência de um sistema de tratamento do esgoto urbano, que é lançado "in natura" nos rios do município.

No quadro acima delineado, há fatos que são inerentes a todo o sistema capitalista brasileiro e, portanto, caracterizam muitas das grandes e médias cidades do país; são contradições da economia capitalista, que demandariam macro-soluções. Enquanto estas não surgem, algumas medidas, posturas e atitudes, relacionadas ao ordenamento e ao planejamento da atividade industrial, podem ser sugeridas, na tentativa de impedir maior deterioração da qualidade de vida, das condições sociais e do meio ambiente locais.

a) A atividade industrial, elemento propulsor essencial à economia urbana, deve ser encarada como um meio, um instrumento para a melhoria das condições de vida da sociedade, e não como fim último, ou seja, a "industrialização a qualquer custo" deve ser evitada.

b) A implantação de indústrias pertencentes a gêneros reconhecidamente poluentes não deve mais ser incentivada. Como se viu, Rio Claro recebeu, na euforia de uma industrialização não planejada, várias grandes unidades (pertencentes principalmente a empresas multinacionais) de alto potencial de poluição (indústrias químicas, de minerais não metálicos), o que de resto é perfeitamente compatível com a lógica da difusão espacial do capital produtivo internacional: as atividades nobres e "limpas" são mantidas nos países centrais, enquanto as poluidoras, as que consomem recursos naturais escassos nos países de origem e as que demandam uso intensivo de mão-de-obra são transferidas para os países periféricos.

c) O levantamento de fatores positivos para o exercício da atividade industrial em Rio Claro, realizado junto aos estabelecimentos industriais instalados antes de 1969, apontou como principal fator a existência de grande contingente de mão-de-obra barata (Quadro 11). Diante de tal realidade, deveria ser implementada uma política de fomento às indústrias com uso intensivo do fator trabalho, como as de produção e/ou montagem de artigos elétricos e eletrônicos, as têxteis, as de confecções, alguns grupos da mecânica e da de material de transporte que, de resto, não são poluidoras em potencial.

d) O gênero têxtil, tradicionalmente uma das maiores fontes de emprego para a população feminina local, está em decadência, e medidas de amparo e de incentivo devem ser estudadas.

e) Da mesma maneira, programas de subsídio e incentivo às indústrias de capitais locais deveriam ser elaborados e implementados, o que poderia constituir, ainda, estímulo para novos investimentos.

A reaplicação do "excedente" gerado pelas indústrias de capitais locais no próprio setor industrial parece ser muito pequena, o que, obviamente, acentua sua fraqueza original. Também a política industrial implementada pelo poder local a partir de 1969 contribuiu para manter e mesmo agravar esta debilidade, já que visou exclusivamente estimular os capitais externos, mais

Quadro 11
FATORES POTENCIALMENTE POSITIVOS E NEGATIVOS PARA
A ATIVIDADE INDUSTRIAL EM RIO CLARO

Fatores positivos	Estabelecimentos instalados antes de 1969							
	Capitais locais				Capitais externos			
	Fator mais importante		Fatores subsidiários		Fator mais importante		Fatores subsidiários	
	Esta-beleci-mentos	% no Total	Esta-beleci-mentos	% do Total	Esta-beleci-mentos	% do Total	Esta-beleci-mentos	% no Total
Mão-de-Obra Abundante e Barata	10	41,66	—	—	—	—	—	—
Boa Posição Geográfica	8	33,33	—	—	1	33,33	—	—
Boa Acessibilidade Quanto às Vias de Transporte	3	12,50	—	—	1	33,33	—	—
Boa Infra-Estrutura Pública (Água, Energia, etc.)	1	4,17	—	—	1	33,33	—	—
Incentivos da Prefeitura	1	4,17	—	—	—	—	—	—
Localização em Região Industrial	1	4,17	—	—	—	—	—	—
Boa Qualidade de Vida	—	—	—	—	—	—	—	—
Existência de Distrito Industrial	—	—	—	—	—	—	—	—
Facilidades de Matéria-Prima	—	—	1	4,17	—	—	—	—
Facilidades de Energia Elétrica	—	—	1	4,17	—	—	—	—
Disponibilidade de Terrenos	—	—	1	4,17	—	—	—	—
Não Especificaram	—	—	21	87,49	—	—	—	—
Total de respostas obtidas	24	100,00	24	100,00	3	100,00	—	—
Fatores negativos								
Impostos Elevados	1	4,17	—	—	—	—	—	—
Cidade de poucos Recursos Financeiros	1	4,17	—	—	—	—	—	—
Falta de Mão-de-Obra Especializada	1	4,17	—	—	—	—	—	—
Falta de Incentivos Públicos	1	4,17	—	—	—	—	—	—
Não Especificaram	20	83,32	—	—	3	100,00	—	—
Total de Respostas Obtidas	24	100,00	—	—	3	100,00	—	—

Fonte dos dados: Pesquisa direta.

pujantes por natureza. As facilidades fiscais e de infra-estrutura oferecidas para a instalação no distrito industrial nunca foram estendidas às indústrias locais, e muitas delas permanecem instaladas em lugares impróprios na área central da cidade, sem condições de expansão física.

Assim, o que se pleiteia é que as indústrias de capitais locais recebam o mesmo tratamento dispensado àquelas de capital externo, a fim de que sua relativa inferioridade não seja acentuada e, com isto, a estrutura financeiro-administrativa da indústria local se torne mais desequilibrada do que já se encontra. Dos 25 maiores estabelecimentos industriais existentes, 13 constituem unidades de produção de empresas com sede em outras cidades ou no exterior; dos 10 maiores estabelecimentos, só dois têm sua sede localizada no município rioclarenses. Uma expressiva parcela da atividade industrial local encontra-se pois atrelada e dependente de poder decisório externo, cujos objetivos raramente são compatíveis com os da comunidade local, ficando esta sujeita a se submeter a decisões que não privilegiam seus interesses.

VI — BIBLIOGRAFIA CITADA

- AZZONI, C. R., 1985a, "Fatores determinantes das escolhas locais em São Paulo" in *Onde Produzir? Aplicações da Teoria da Localização no Brasil*. São Paulo: U.S.P., I.P.E., Ensaios Econômicos nº 49.
- _____, 1985b, *Indústria e Reversão da Polarização no Brasil*. São Paulo: U.S.P., F.E.A., Tese de Livre-Docência.
- BAER, W., 1983, *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- CANO, W., 1983, *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo. T. A. Queiroz Editor, 2ª edição.
- CANO, W., 1985, *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil — 1930-1970*. São Paulo: Global Editora.
- DAVIDOVICH, F., 1966, "Aspectos geográficos de um centro industrial: Jundiá em 1962". *Revista Brasileira de Geografia*, 28 (4): 35-80.
- _____, 1968, "Indústria" in *Paisagens e Problemas do Brasil*. Rio de Janeiro. I.B.G.E.
- DAVIDS, N.C., 1968, *Poder Local: Aparência e Realidade*. Rio Claro: F.F.C.L. (UNICAMP), tese de doutoramento.
- DEAN, W., 1971, *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel.
- _____, 1977, *Rio Claro. Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura — 1820-1920*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- DINIZ, D. M. de F. L., 1973, *Rio Claro e o Café: Desenvolvimento, Apogeu e Crise (1850-1900)*. Rio Claro: F.F.C.L., tese de doutoramento.
- FERRAZ, J. R., 1922, *História do Rio Claro: A Sua Vida, os seus Costumes e os seus Homens — 1821/1827 — 1922*. São Paulo: Typographia Hennies Irmãos.
- FURTADO, C., 1975, *Análise do Modelo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- GEIGER, P. P. e DAVIDOVICH, F., 1974, "Reflexões sobre a evolução da estrutura espacial do Brasil sob o efeito da industrialização". *Revista Brasileira de Geografia*, 36 (3): 3-29.
- GEIGER, P. P. et alii, 1980, "Questões da concentração geográfica dos estabelecimentos industriais". *Revista Brasileira de Geografia*, 42 (2): 310-331.

- GRUPO DA GEOGRAFIA DAS INDÚSTRIAS, 1963, "Estudos para a Geografia das Indústrias no Brasil Sudeste". *Revista Brasileira de Geografia*, 25 (2): 155-271.
- HOGAN, D. J.; OLIVEIRA, M. C. F. A. de; SYDENSTRICKER NETO, J. M., 1986, *Café, Ferrovia e População: o Processo de Urbanização em Rio Claro*. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos da População, texto nº 5.
- HURST, M. E., 1972, *A Geography of Economic Behavior*. North Scituate, Mass.: Duxbury Press.
- KRETTLIS, C., 1906, *Almanak do Rio Claro*. Rio Claro: Typographia Conrado.
- MAMIGONIAN, A., 1969 "Notas sobre o processo da industrialização brasileira". Presidente Prudente. F. F. C. L., *Boletim do Departamento de Geografia*.
- MELLO, J. M. C. de., 1975, *O Capitalismo Tardio. Contribuição à Revisão Crítica da Formação e Desenvolvimento da Economia Brasileira*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, tese de doutoramento.
- MOLINA, T. C. de., 1981, "Almanak de São João do Rio Claro para 1873". São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Convênio IMESP/DAESP. Edição fac-similar.
- PENTEADO, O. de A., 1977, *Rio Claro. Coletânea Histórica*. Piracicaba: Editora Franciscana.
- PEREIRA, L. C. Bresser, 1985, *Desenvolvimento e Crise no Brasil — 1930-1983*. São Paulo: Editora Brasiliense, 14ª edição atualizada.
- PERROUX, F., 1967, *A Economia do Século XX*. Lisboa: Herder.
- PRADO JR., C., 1970, *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- RICHARDSON, H. W., 1980, "Polarization Reversal in Developing Countries". *Papers of the Regional Science Association*, 45: 67-85.
- SAMPAIO, S. S., 1972, "A industrialização de Limeira: aspectos geográficos". São Paulo: U.S.P. — I.G., *Geografia das Indústrias* nº 4.
- _____, 1976, *Geografia Industrial de Piracicaba. Um Exemplo de Interação Indústria-Agricultura*. São Paulo U.S.P. — I.G.E.O.G., Série Teses e Monografias nº 21.
- _____, 1982, "Padrões de distribuição industrial no Estado de São Paulo: Áreas mais representativas — 1950 a 1970". *Revista Geografia*, 1: 7-24.
- S/ESPECIFICAÇÃO, 1951, *Album do Rio Claro, 1817-1951. Documentário Histórico — Ilustrativo do Município de Rio Claro*.
- SILVA, S., 1981, *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 5ª edição.
- SINGER, P., 1966, *Desenvolvimento Econômico Sob o Prisma da Evolução Urbana*. São Paulo: USP, F.F.C.L., tese de doutoramento.
- SODRE, N. W., 1963, *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª edição.
- STORPER, M., 1983, "Who benefits from industrial decentralisation? Social power in the labour market, income distribution and spatial policy in Brazil". *Regional Studies*, 18 (2): 143-164.
- TAVARES, A. C.; GEORGETTI, D. O. F.; APARECIDO, D. P.; BRAY, S. C., 1971, "Aspectos da industrialização de Rio Claro". São Paulo: *Boletim da U.P.E.G.E.* ano III (1): 67-82.
- TOWNROE, P. e ROSEMAN, J., 1982, "Sectoral influences on spatial changes in manufacturing: São Paulo State, Brazil, 1960-1975". Trabalho apresentado na Conferência da Comissão dos Sistemas Industriais — U.G.I., Universidade de São Paulo.
- VALLE, A., e RAMOS, P., 1900, *Rede de Esgotos — Relatório Apresentado à Câmara Municipal da Cidade de Rio Claro* — São Paulo: Typographia a Vapor de Paupério & Comp.

RESUMO

No presente trabalho procura-se demonstrar que a industrialização recente de Rio Claro, S.P., que consistiu basicamente na implantação de unidades de produção controladas por capitais externos ao município, se vincula diretamente a processos mais amplos e genéricos que ocorrem

a nível mundial, nacional e regional, tais como a difusão de empresas multinacionais pelo mundo, a abertura do Brasil aos capitais industriais estrangeiros após 1964 e a descentralização industrial que se efetua a partir da metrópole paulistana. Neste amplo contexto são definidas as fases evolutivas do processo local de industrialização e determinados os principais fatores que nelas influíram.

Unitermos: desconcentração industrial, fases da industrialização, fatores intervenientes.

ABSTRACT

It is sought in this work to demonstrate that Rio Claro's recent industrialization, which is basically marked by the installation of non local capital — owned new plants, is directly linked to some wider processes that occurs at global, national and regional levels, like the multinational's world diffusion, the Brazilian opening to foreign capital after 1964 and the industrial decentralization that spreads out the São Paulo's metropolitan area. In this context the local industrialization's phases are defined as well as their main acting factors.

Key-words: industrial decentralization, industrialization's phases, acting factors.